ORIENTAÇÕES CURRICULARES
PARA O ENSINO MÉDIO

ORIENTAÇÕES GERAIS

EDUCAR PARA TRANSFORMAR
UM PACTO PELA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
BAHIA GOVERNO DO ESTADO

ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

Novembro –2015

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Rui Costa
GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

João Leão
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

Osvaldo Barreto Filho
SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Aderbal de Castro Meira Filho
SUBSECRETÁRIO

Eliezer Santos Silva
SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Valdirene Oliveira Souza
DIRETORA DE CURRÍCULO E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS

Edileuza Nunes Simões Neris
DIRETORA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Elisete Santana da Cruz França
DIRETORA DE EDUCAÇÃO E SUAS MODALIDADES

Anny Carneiro Santos
COORDENADORA DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR E APRENDIZAGEM

Tereza Santos Farias
COORDENADORA DO ENSINO MÉDIO

Equipe de Elaboração

Consultores(as)

Bianca Daebs Seixas Almeida	Filosofia
Clélia Correia Gonçalves	Língua Portuguesa
Cristiano de Sant Anna Bahia	Educação Física
Geciara da Silva Carvalho da Mata	Matemática
Jeová Lacerda Calhau	Física
Marcos Vicente Ribeiro Soares	Sociologia
Maria Cristina Figueiredo	Coord. de Linguagens
Maria das Graças dos Santos	Química
Mauricio Andrade Nunes	História
Raphaella Silva Pereira de Oliveira	Língua estrangeira moderna – Inglês
Rogério Soares de Oliveira	Língua estrangeira moderna – Espanhol
Roseli Oliveira Andrade Cruz	Coord. de Ciências da Natureza
Rosilda Arruda Ferreira	Coord. de Ciências Humanas
Sandra Cerqueira Pereira Prudêncio	Língua Portuguesa
Shanti Nitya Marengo	Geografia
Soélia Cabral Rebouças Caldeira da Costa	Biologia
Thiago Santos de Assis	Artes

Coordenação Geral da Consultoria

Luiza Olivia Lacerda Ramos (1ª Fase)

Rosilda Arruda Ferreira (2ª Fase)

Editoração Gráfica e Diagramação

Empresa Gráfica da Bahia

AOS(ÀS) EDUCADORES(AS) BAIANOS(AS) DO ENSINO MÉDIO

É com satisfação que apresentamos as **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**, fruto de ampla discussão entre professores da rede estadual. Submetidas à consulta pública, validadas por profissionais da Educação, elas expressam um desafio: transformar-se em referencial à construção de atividades a serem desenvolvidas nos espaços de aprendizagem. Essas Orientações contemplam as áreas do conhecimento articuladas entre si, valorizam o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, possibilitando a formação cidadã dos nossos estudantes.

Acreditando que a escola é ambiente privilegiado de construção e vivência do conhecimento, as OCEM visam possibilitar um currículo vivo, fundado na legitimidade dos sujeitos, fortalecendo identidades individuais e coletivas dos seres humanos envolvidos no processo educacional.

Essa é mais uma ação que se insere no **Programa Educar para Transformar**, que tem como um dos objetivos assegurar o direito de aprender aos estudantes do Estado da Bahia. Assim, a Secretaria da Educação investe em políticas educacionais que promovem o bom desempenho dos nossos educandos.

Um forte abraço,

Osvaldo Barreto
Secretário da Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

1. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA 11
1.1 O contexto baiano 14
1.2 O(A) estudante baiano(a): suas singularidades e diversidades 18
1.3 O(A) professor(a) do Ensino Médio e o currículo escolar 26
1.4. Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil e na Bahia 29

2. PERSPECTIVAS DO CURRÍCULO 34
2.1 Aspectos Constitutivos 35
2.1.1 O Aspecto Normativo 36
Estrutura Curricular 36
Formas de oferta e de organização 37
2.1.2 Os Aspectos Norteadores 37
Os Princípios Orientadores 37
As Dimensões Estruturantes do Desenvolvimento Curricular 39
Os Estudos Transversais 41
Educação das Relações Étnico-raciais 41
Educação Ambiental 41
Educação em Direitos Humanos 42
Estudo sobre Idosos 42
2.1.3 O Aspecto Metodológico 43
Pressupostos de uma prática interdisciplinar 45
Possibilidades práticas da interdisciplinaridade 47
O currículo integrado 47
O trabalho com projetos 48
Planejamento 49
Seleção do tema 49
Problematização 49
Pesquisa, sistematização e produção 49
Socialização 50
Avaliação 50
2.1.4 A avaliação educacional: concepção, tempos e espaços 50
Avaliação Externa 51
Avaliação Interna 52
Sistemática de avaliação de ensino e de aprendizagem 53
Recuperação paralela no contexto da avaliação processual 55
Possibilidades de realização da recuperação paralela 55

3. CONTEÚDOS REFERENCIAIS 56
ÁREA: LINGUAGENS 56
ÁREA: MATEMÁTICA 59
ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA 60
ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS 63

REFERÊNCIAS 69

ANEXO 71

APRESENTAÇÃO

A educação é um processo humano complexo e desafiador. Ao longo da história, está relacionada à própria constituição das sociedades, do eu individual e do reconhecimento do outro. Na contemporaneidade, vincula-se à cidadania, à afirmação das democracias, à inserção no mundo do trabalho. Vista como condição essencial para promover a inovação e a produção de novos conhecimentos geradores de desenvolvimento, amplia-se para se tornar elemento indispensável à promoção de convivência pacífica e do respeito entre os povos, entre tantos outros aspectos.

Cuidar da educação das novas gerações e estendê-la ao longo da vida é condição essencial para transformar e melhorar o mundo em que vivemos. Essa não é uma responsabilidade apenas dos agentes públicos, mas também de toda a coletividade.

Este documento, construído em parceria com diversos sujeitos envolvidos no processo de formação dos(as) estudantes baianos(as), pretende ser uma referência para os currículos escolares do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, numa perspectiva que busca favorecer o diálogo entre a educação científica, humanística e integral por meio da valorização da cultura, do aprimoramento da relação teoria e prática, da criação de metodologias criativas e transformadoras e da utilização de novas tecnologias.

A sua elaboração se deu em duas etapas. A primeira contou com um conjunto de consultores(as) das diversas áreas de conhecimento e com um número significativo de professores(as) que atuam no Ensino Médio que participaram do processo de validação da primeira versão do documento, finalizada em março de 2015. A segunda etapa se iniciou com a ampliação do processo de validação do documento, que ocorreu em dois formatos: (a) uma consulta pública realizada por meio do portal da SEC-BA e (b) uma discussão com os(as) professores(as) que atuam nas escolas de Ensino Médio durante os encontros realizados com os(as) formadores(as) do Programa do Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. O resultado desse rico processo de debate produziu o documento que está sendo apresentado aos(as) professores(as) que atuam no Ensino Médio na rede pública estadual da Bahia.

Para dar conta das intenções que orientaram a sua elaboração, decidiu-se estruturar o documento em duas partes. Na parte inicial, estão dispostos elementos do contexto nacional e baiano e os fundamentos teóricos e metodológicos que dão suporte à proposta. Na segunda parte, apresenta-se uma proposta curricular por área de conhecimento, constando a descrição das competências e habilidades a serem desenvolvidas e as orientações metodológicas sustentadas nos princípios da contextualização e da interdisciplinaridade, visando apoiar as práticas docentes.

Na elaboração destas Orientações Curriculares, tomou-se como ponto de partida, por um lado, os debates recentes que vêm mobilizando a sociedade brasileira e os agentes governamentais, no sentido de promover a qualidade da Educação Básica e, por outro, os dispositivos legais para a organização curricular do Ensino Médio, mais fundamental-

mente, aqueles relativos às finalidades que o constituem, com vistas a contribuir para a promoção do desenvolvimento integral dos(as) estudantes baianos(as).

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece o Ensino Médio como a etapa de conclusão da Educação Básica, definindo-a como um período de escolarização que tem por finalidades, asseguradas no art. 35 desta lei:

> I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
>
> II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
>
> III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
>
> IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Os aspectos tratados neste documento procuram responder a dois desafios: um primeiro, que destaca os sujeitos, seus contextos e os direcionamentos das políticas para o Ensino Médio instituídas em âmbito nacional e estadual, e um segundo que tenta dar forma às diretrizes mais gerais das políticas por meio de um projeto educativo que contemple os anseios dos sujeitos sociais que dele participam.

Essas frentes devem convergir para construir uma nova concepção do Ensino Médio que, a partir da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, se propõe a promover a formação humana integral do(a) estudante, preparando-o(a) para o exercício da cidadania, para o prosseguimento dos estudos e para a inserção no mundo do trabalho, na perspectiva do respeito às suas diversidades e singularidades, consolidando o que aponta a Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, em que, no seu artigo 4º, define, entre uma de suas finalidades, o aprimoramento do(a) estudante como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

É nessa direção que a organização curricular aqui proposta considera o respeito às diferenças regionais, locais e da instituição escolar como um de seus principais fundamentos, o que se expressa por meio da proposta pedagógica da escola enquanto uma construção coletiva.

O que este documento apresenta, portanto, são orientações curriculares para o Ensino Médio com a intenção de contribuir para a promoção da formação humana integral, com base unitária, em que se garanta o acesso a um conhecimento que favoreça a compreensão das relações sociais e produtivas, e que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana, garantindo o direito à educação por meio da qualidade social de sua oferta.

1. O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA

Dentre os principais desafios da educação brasileira com relação ao Ensino Médio, encontra-se tanto a ampliação da oferta de vagas, quanto a permanência dos(as) estudantes na escola. Mobilizados(as) por demandas das mais diversas ordens, a escola pode lhes parecer distante e fora do contexto. No entanto, aquilo que, num primeiro momento, pode parecer sem significado ou que não atende suas necessidades mais imediatas, poderá tomar outra dimensão ao longo do tempo. Essa relação com a escola leva, muitas vezes, ao abandono exigindo que a instituição ressignifique suas práticas e seus fazeres cotidianos.

A situação que expressa o desinteresse dos(as) estudantes do Ensino Médio pela vida escolar tem alimentado reflexões sobre as possibilidades de tornar esse importante momento do processo de formação em algo mais significativo. Dessa forma, muitas vezes o desafio é entendido pelos sistemas de ensino como sendo o da necessidade de organizar um currículo que seja capaz de, ao mesmo tempo, formar para a continuidade dos estudos no Ensino Superior, e prepará-los para o mercado de trabalho.

> O projeto defendido, nestas Orientações Curriculares, portanto, vai além dessa intenção, pois entende o processo como um momento importante de formação cidadã que enfatiza as vivências dos(as) estudantes no presente, mas também constrói um olhar a partir das projeções para o futuro. Nesse sentido, procura integrar saberes que situem, de forma crítica e transformadora, o(a) estudante em seu tempo e lugar, desenvolvendo o seu protagonismo como sujeitos sociais imersos e comprometidos com o presente, bem como com o seu futuro profissional e com o futuro da coletividade.

O desafio para viabilizar esse projeto não é pequeno. Os dados sobre o Ensino Médio no Brasil e na Bahia demonstram o quanto ainda há por fazer para que se garanta o acesso dos(as) estudantes a essa etapa da Educação Básica, ao mesmo tempo em que se promova a permanência em uma escola com padrão de qualidade adequado ao desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

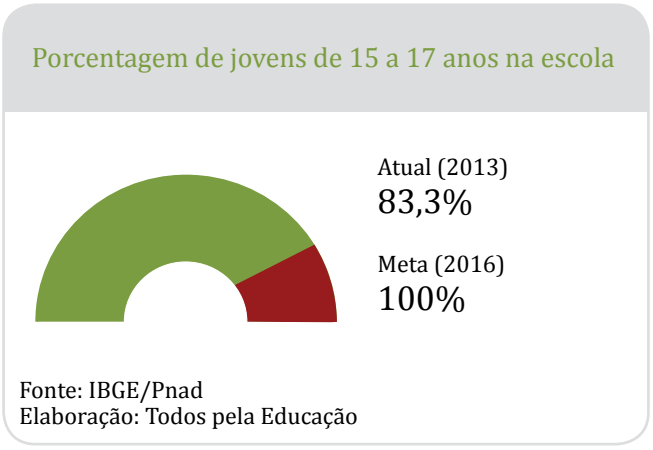
No Brasil, segundo dados do Observatório do PNE, plataforma online criada por iniciativa de 20 organizações brasileiras, sob a coordenação do movimento Todos Pela Educação, que monitora os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE),

> [...] cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão fora da escola. Desses, aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. [...]. A recente melhora das taxas de fluxo escolar no Ensino Fundamental faz aumentar o número de matrículas do Ensino Médio,

mas o País ainda está longe de alcançar patamares ideais. Altas taxas de evasão persistem no Ensino Médio. Disponível em:
<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>. Acesso em: 27 ago. 2015.

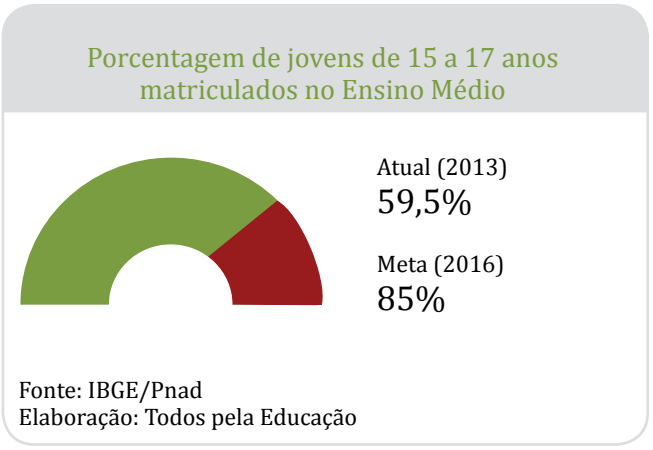
Os dados a seguir demonstram a situação atual referente aos jovens entre 15 e 17 anos (Gráfico 1) que estão frequentando a escola, e ao atendimento dos jovens entre 15 e 17 anos que estão frequentando o Ensino Médio (Gráfico 2), comparados à meta definida no Plano Nacional de Educação para o período 2014-2024.

Gráfico 01



Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>. Acesso em: 27 ago. 2015.

Gráfico 02



Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>. Acesso em: 27 ago. 2015.

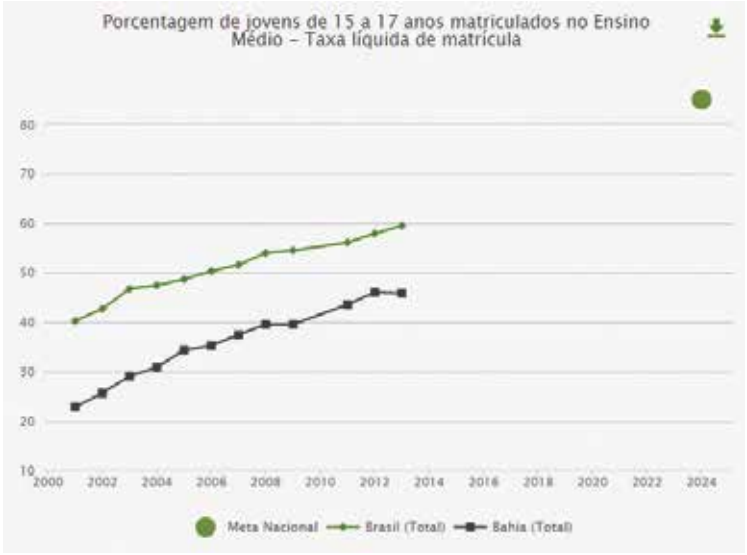
Comparando a situação da Bahia aos dados nacionais, segundo informações disponibilizadas pelo Observatório do PNE, para o ano de 2013, percebemos, no que se refere ao atendimento escolar de estudantes entre 15 e 17 anos, que a Bahia apresenta resultados muito próximos aos nacionais, com respectivamente: 81,5% na Bahia e 83,3% no Brasil.

O mesmo não ocorre quando se refere ao total de estudantes entre 15 a 17 anos matriculados no Ensino Médio. Nesse caso, o Brasil possui 59,5% de estudantes matriculados no Ensino Médio e a Bahia 45,9%, conforme se observa nos gráficos a seguir, demonstrando a complexidade e a necessidade do enfrentamento da situação com políticas eficazes.

Gráfico 3

Observatório do PNE
Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Todos pela Educação
Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>.
Acesso em: 27 ago. 2015.

Gráfico 4



Observatório do PNE
Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Todos pela Educação
Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio>.
Acesso em: 27 ago. 2015

Com certeza, o problema é complexo e, para sua solução, é preciso considerar um conjunto de variáveis, tais como: a necessidade de ampliação da educação profissional integrada ao ensino médio; a construção de currículos diversificados e flexíveis para se adequar às escolhas e aos interesses dos(as) estudantes em articulação com os contextos locais, entre outros. Esses são aspectos que podem vir a contribuir para que o(a)estudante perceba o Ensino Médio não apenas como uma etapa obrigatória para o acesso ao Ensino Superior, ou como etapa final de seu processo de escolarização, mas, principalmente, como possibilidade de formação cidadã e de qualificação para o trabalho. Para tanto, será necessário articular e integrar saberes e conhecimentos das diversas áreas às vivências artísticas e culturais, à tecnologia, ao esporte e ao mundo produtivo.

Para avançar nessa perspectiva, é necessário questionar sobre que contexto específico se está falando. Essa é uma reflexão importante para que se possa avançar na formulação de orientações curriculares não de forma genérica e para um(a) estudante em abstrato, mas em orientações que ganhem vida no debate coletivo no interior da escola e que contribua para a efetivação do desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

1.1 O contexto baiano

Tratar sobre o contexto baiano exige privilegiar uma perspectiva em que os aspectos da pluralidade, da diversidade cultural e territorial passem a ser centrais. A Bahia, que deve ser pensada a partir dos hábitos, costumes e tradições do seu povo, deve ser percebida, portanto, como imersa numa variedade de aspectos culturais, formadores de uma identidade singular, de uma memória histórica, na qual os(as) estudantes apoiam suas experiências pessoais e os conhecimentos que possuem do mundo.

Nesse sentido, é preciso alargar o olhar sobre a Bahia percebendo-a para além de sua Região Metropolitana, ou de sua capital, Salvador, centro de expressão nacional, cantada em prosa e em verso. Assim, tratar do contexto baiano exige considerar a força do interior, aqui entendido como as regiões que adentram geograficamente a partir do litoral, revelando outros modos de viver diferentes da capital litorânea. Desse lugar, emergem as expressões culturais dos sertões, das diversas nações africanas e dos povos indígenas, da nação grapiúna, da região do São Francisco, dos povos ciganos, quilombolas, das comunidades tradicionais, entre tantas outras, com suas formas de vida autênticas que revelam a capacidade de seus habitantes de expressarem por meio da literatura, da pintura, da música, do teatro, da dança, dimensões fundamentais de sua identificação comunitária, dos modos de viver e produzir, das maneiras de sentir e querer.

O lugar do qual se está falando, a Bahia, possui importantes características geográficas, econômicas, políticas e sociais no cerne das quais emerge a identificação comunitária do seu povo que, entre 2000 e 2010, segundo o IBGE[1], passou de 13.070.250 para 14.016.906 habitantes, concentrando a maior população rural do Brasil. As pequenas e

[1] Fonte: IBGE. SIDRA. Censos Demográficos, 2000 e 2010.

médias cidades com população entre 50 e 100 mil habitantes cresceram 26% a mais que as cidades de grande porte, revelando mudanças significativas nas densidades demográficas por municípios e por microrregiões, e demonstrando a força das diversas regiões do Estado, conforme se pode perceber na Tabela 1, que compara os dados da população distribuídos pelas cidades da Bahia nos anos de 2000 e 2013.

Tabela 1 – Municípios da Bahia por tamanho de população – 2000 e 2013

Classe de População (por mil habitantes)	2000		2013	
	Nº	%	Nº	%
Menos de 5	166	39,8	8	1,9
Mais de 5 até 10	126	30,2	59	14,1
Mais de 10 até 20	72	17,3	174	41,7
Mais de 20 até 50	32	7,7	128	30,6
Mais de 50 até 100	10	2,4	31	7,4
Mais de 100 até 200	8	1,9	12	2,9
Mais de 200 até 500	2	0,5	3	0,7
Mais de 500	1	0,2	2	0,7
Total	**417**	**100**	**417**	**100**

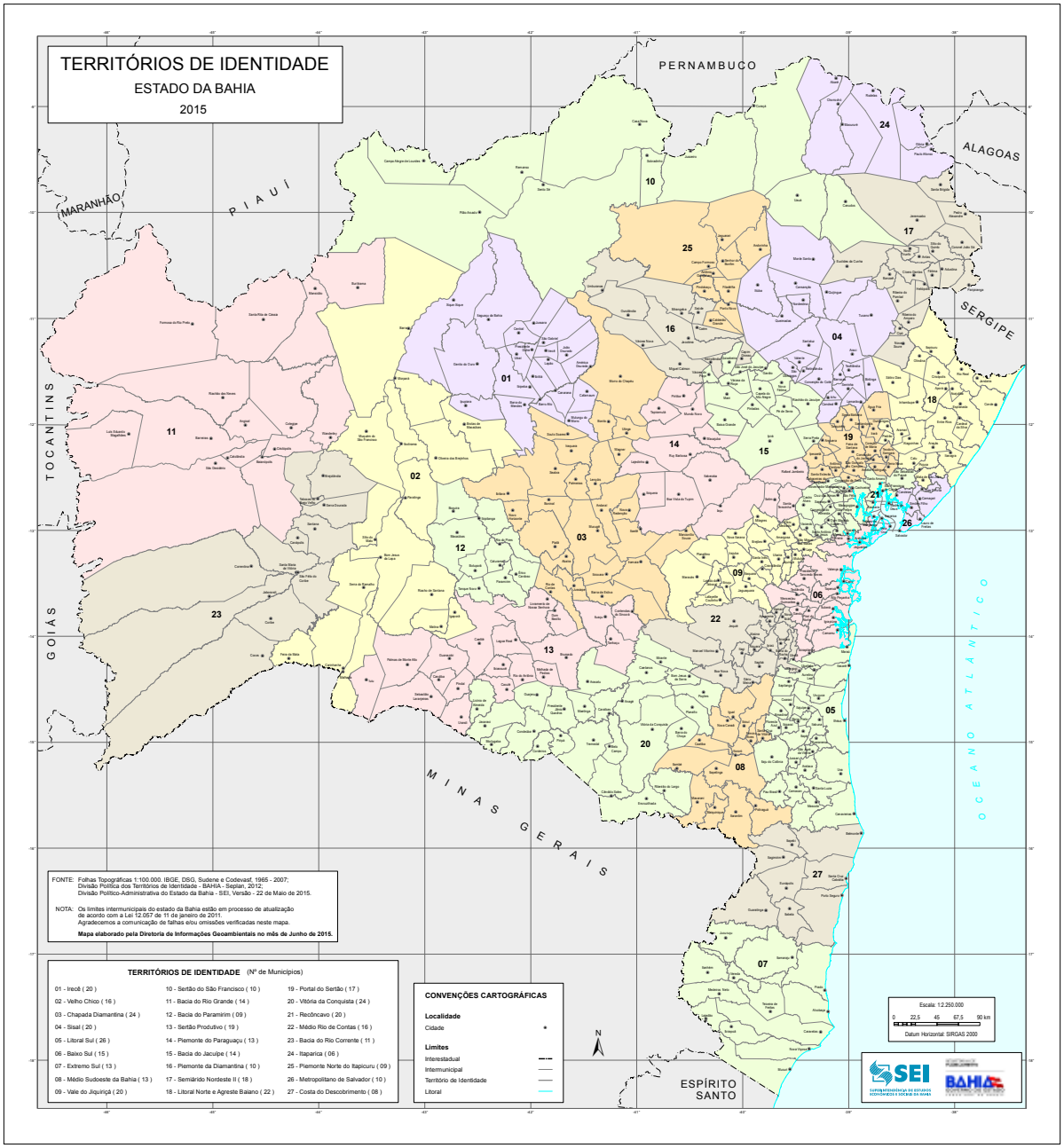
Fontes: Anuário Estatístico da Bahia (2000, 2013)

Os dados demonstram que o processo de urbanização baiana tem se acelerado nos últimos dez anos, indicando o fortalecimento principalmente das pequenas e médias cidades. Entre as cidades com mais de 500 mil habitantes, aparecem apenas duas cidades: Salvador e Feira de Santana. Chama a atenção, no entanto, o movimento ocorrido nas cidades que possuem entre 10 e 100 mil habitantes que foram as que mais cresceram, indicando uma dispersão da população em centenas de centros urbanos de pequeno porte, provocando uma mudança importante na distribuição demográfica da população com a indicação de que políticas públicas devem estar atentas para essas mudanças.

Para compreender o contexto baiano, é necessário considerar, portanto, que a Bahia apresenta aspectos bastante diversificados quanto à sua configuração ambiental, geográfica e de desenvolvimento econômico, sociopolítico e cultural. Composto por 417 municípios, 7 mesorregiões e 32 microrregiões, o território baiano determina dinâmicas demográficas específicas e, consequentemente, a demanda de políticas adequadas a cada composição demográfica e identidade populacional.

Com o propósito de atender a essas demandas, o governo da Bahia estabeleceu, a partir de 2008, 26 Territórios de Identidade, acrescentando mais um território a partir de 2011, divisão feita com base em especificidades que conferem identidade a cada um dos 27 territórios, conforme figura abaixo, cuja definição foi feita levando-se em conta questões humanas, identitárias, culturais, as quais delineiam o perfil social, cultural, econômico e político do povo baiano.

Figura 1 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: PERAFÁN, Mireya E. Valencia e OLIVEIRA, Humberto. Território de Identidade. Coleção Política e Gestão Cultural. P55 Edições: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2013
Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/territorio_e_identidade.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

Uma informação importante quanto à heterogeneidade que marca a Bahia está relacionada às condições de vida da população, conforme se pode perceber nas diferenças entre o Produto Interno Bruto (PIB) de seus Territórios de Identidade, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto por Território de Identidade da Bahia 2004 e 2009

Territórios de Identidade	2004		2009*	
	R$ milhões	%	R$ milhões	%
ESTADO DA BAHA	**79.083**	**100,00**	**137.075**	**100,00**
Metropolitana de Salvador	34.304	43,4	55.828	40,7
Recôncavo	6.663	8,4	14.616	10,7
Portão do Sertão	3.608	4,6	8.115	5,9
Extremo Sul	3.851	4,9	6.769	4,9
Litoral Sul	3.852	4,9	6.010	4,4
Oeste Baiano	4.022	5,1	5.841	4,3
Vitória da Conquista	2.299	2,9	4.741	3,5
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	2.935	3,7	4.480	3,3
Sertão de São Francisco	1.879	2,4	3.212	2,3
Médio Rio de Contas	1.501	1,9	2.581	1,9
Sertão Produtivo	1.306	1,7	2.320	1,7
Sisal	1.293	1,6	2.279	1,7
Baixo Sul	962	1,2	2.109	1,5
Itaparica	1.451	1,8	1.945	1,4
Chapada Diamantina	960	1,2	1.900	1,4
Irecê	998	1,3	1.643	1,2
Semi-árido Nordeste II	873	1,1	1.636	1,2
Bacia do Rio Corrente	886	1,1	1.557	1,1
Velho Chico	947	1,2	1.520	1,1
Vale do Jiquiriçá	866	1,1	1.488	1,1
Itapetinga	744	0,9	1.399	1,0
Piemonte Norte do Itapicuru	933	1,2	1.366	1,0
Piemonte da Diamantina	521	0,7	1.007	0,7
Bacia do Jacuípe	446	0,6	877	0,6
Bacia do Paramirim	303	0,4	536	0,4

Fonte: SEI/IBGE

Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=148&Itemid=235#3>. Acesso em: 27 ago. 2015.

Dessa forma, o mosaico que configura o território baiano, demarcado por condições socioeconômicas heterogêneas que alimentam desigualdades estruturais históricas, bem como pela diversidade de culturas e fazeres coletivos plurais, deve constituir o chão sob o qual a organização dos saberes escolares se materializa no currículo. Trata-se, nesse caso, de entender o currículo e o processo de formação escolar, como um fenômeno antropológico, em que é necessário ampliar a perspectiva sobre a cultura entendendo-a como consciência do passado, como forma de participação e envolvimento no presente e como caminho para pensar o futuro.

É desse lugar cultural, rico e diverso, que deve enraizar o trabalho escolar dando-lhe sentido e força para garantir uma formação com pertinência social que permita o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Tais condições implicam diretamente na forma como essa etapa da Educação Básica deverá promover a integração de conhecimentos gerais com os processos de trabalho e a sustentabilidade social e ambiental.

Nesse processo formativo, questões como a centralização do trabalho em detrimento da escolarização e o consequente fenômeno migratório da população das zonas rurais para os espaços urbanos das pequenas, médias e grandes cidades mostram que há necessidades específicas que devem nortear as políticas de ensino. Um dos grandes desafios é, sem dúvida, integrar o período dedicado à escola com outras experiências necessárias e significativas para o(a) estudante do Ensino Médio, tais como o trabalho, o contato com os amigos e as atividades de lazer, a fim de evitar o grave problema da evasão e da repetência.

Dessa forma, o processo educacional deve promover a valorização do patrimônio histórico-cultural de cada território considerando sua identidade social, racial, particularmente dos negros e dos povos indígenas, promovendo a ressignificação positiva e o respeito à diversidade e à pluralidade étnica tão bem demarcadas na Bahia. Território aqui é entendido como o "[...] chão da população, isto é, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi" (SANTOS, 2000, p. 96).

Nesse fazer, cabe aos(às) professores(as), assim como a todos(as) os(as) profissionais que atuam na escola, refletir sobre as práticas pedagógicas utilizadas, a fim de que a escola se constitua em um espaço inclusivo, não racista, não sexista, não homofóbico, prenhe de vivências marcadas pelo reconhecimento das diversidades, e por possibilidades que permitam o desenvolvimento integral dos(as) estudantes.

Quando se faz referências ao(a) estudante baiano(a), de que sujeitos sociais se está falando? Qual o seu perfil?

1.2 O(A) estudante baiano(a): suas singularidades e diversidades

A organização do ambiente escolar, espaço marcado pelas singularidades e diversidades dos sujeitos que nela convivem, é feita de forma que a aquisição de habilidades e o conhecimento de determinados conteúdos sejam adequados a determinadas etapas do desenvolvimento humano. Mas as regras específicas da organização escolar para o Ensino Médio da Bahia têm enfrentado situações diferenciadas que obrigam uma ressignificação do ensino instituído, dos projetos políticos pedagógicos e dos currículos escolares, pois os índices de evasão e repetência mostram que a escolarização tardia é uma realidade a ser considerada, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – Taxa de aprovação, reprovação e abandono da rede estadual da Bahia no período entre 2003-2012

Ano	Taxas (Em %)		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2003	68,3	10,8	20,9
2004	69,0	9,9	21,1
2005	68,9	10,2	20,9
2006[(1)]	68,9	10,2	20,9
2007	68,7	11,4	19,9
2008	68,0	12,2	19,8
2009	69,7	11,8	18,5
2010	71,9	12,4	15,7
2011	72,6	14,9	12,5
2012	73,6	12,3	14,1

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia, 2012
Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/anuario-estatistico>.
Acesso em: 16 ago. 2015.

Como se pode observar, o abandono dos(as) estudantes do Ensino Médio vem diminuindo a cada ano, no entanto, a taxa de reprovação tem aumentado, revelando que o que vem sendo conquistado por um lado é perdido por outro.

Ao analisar os dados do atendimento no Ensino Médio nas escolas baianas em comparação com o contexto mais amplo, podemos observar que, em 2012, os resultados estavam abaixo da média nacional, bem como da maioria dos outros estados nordestinos, ficando a Bahia apenas em posição melhor do que os estados de Alagoas e Piauí, conforme se pode observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Percentagem de jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio no Brasil, no Nordeste e na Bahia, em 2012

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Brasil	32,0	34,5	36,3	37,9	39,6	43,8	44,6	47,1	50,2	51,1	51,8
Região Nordeste	17,0	17,2	18,8	21,4	23,2	26,9	28,7	30,8	37,1	41,4	41,9
Maranhão	11,7	24,2	18,2	23,0	23,3	19,8	25,6	29,7	34,9	35,0	38,2
Piauí	17,6	12,6	18,0	14,0	20,0	22,4	21,8	28,8	34,3	35,8	35,3
Ceará	21,0	21,2	22,3	28,9	29,0	30,5	35,4	41,1	41,1	55,8	52,2
Rio Grande do Norte	15,7	22,4	18,8	25,0	34,4	44,2	35,9	38,3	35,2	57,6	42,3
Paraíba	16,4	15,5	13,3	10,7	19,9	25,0	29,9	26,5	30,6	36,8	47,1
Pernambuco	21,5	16,0	22,8	24,3	25,9	28,9	30,7	30,9	40,7	41,5	44,8
Alagoas	14,7	4,9	12,5	13,0	15,2	20,8	13,2	18,1	37,3	33,7	35,8
Sergipe	19,8	14,6	23,5	17,6	23,1	32,5	20,5	35,9	32,4	37,0	41,4
Bahia	15,2	14,7	17,3	20,8	19,5	24,3	29,1	25,9	36,9	36,4	37,1

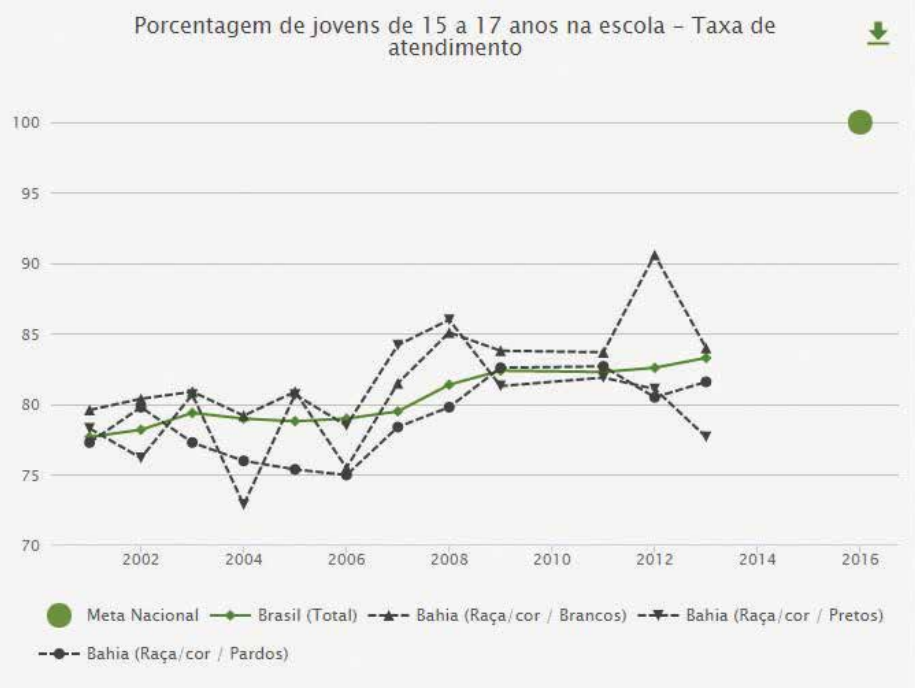
Fonte: Elaboração dos autores com base no Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2014

Além dos dados indicados acima, segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2014), há que se destacar que

> [...] os jovens e adultos de 18 a 29 anos têm, em média, quatro anos a mais de escolaridade entre os mais ricos, em relação aos 25% mais pobres. Há nove vezes mais jovens de 18 a 24 anos do primeiro quartil de renda matriculados no Ensino Superior na comparação com os 25% mais pobres. Isso se reflete no trabalho e na renda: enquanto o salário médio de um cidadão dessa faixa etária com Ensino Superior completo chega a R$ 2,3 mil, os vencimentos das pessoas que não completaram o Ensino Médio ficam em R$ 752,00.

Aliado a isso, nas escolas, verifica-se a existência de diferentes grupos culturais, a heterogeneidade no interior dos diversos grupos e as diferentes bases da constituição intelectual dos estudantes. Portanto, pensar no(a) estudante baiano do Ensino Médio é pensar na diversidade sociocultural e econômica que caracteriza o estado da Bahia. Nesse sentido, os dados têm revelado, conforme demonstrado no Gráfico 5, que, apesar de a Bahia ser o Estado brasileiro com a maior presença de estudantes pretos e pardos, dentre os baianos esses estudantes são os que apresentam os piores resultados, demandando políticas efetivas para a superação das desigualdades de origem social e racial.

Gráfico 5



Observatório do PNE
Fonte: IBGE/Pnad
Elaboração: Todos pela Educação
Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/3-ensino-medio/indicadores>.
Acesso em: 16 ago. 2015.

Para evidenciar a diversidade e a heterogeneidade dos(as) estudantes, trazemos alguns aspectos importantes que foram coletados dos questionários do Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe), referentes aos(às) estudantes das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio.

Um primeiro aspecto refere-se aos dados de raça/cor expressos na Tabela 5.

Tabela 5 – Raça/Cor dos(as) estudantes baianos(as) do Ensino Médio da rede pública estadual – 2013

Raça/Cor	1ª série		2ª série	
	Nº	%	Nº	%
Amarelo(a)	6.950	6,1	5.557	5,9
Branco(a)	17.304	15,3	13.730	14,6
Indígena	6.398	5,6	4.011	4,3
Pardo(a)	54.346	47,9	47.365	50,5
Preto(a)	24.678	21,8	20.426	21,8
Nulas	1.102	1,0	759	0,8
Brancas	2.625	2,3	1.964	2,1
TOTAL	**113.403**	**100,0**	**93.812**	**100,0**

Fonte: SEC/BA-SABE/Avalie Ensino Médio, 2013

Quanto ao sexo, os dados coletados revelam o predomínio de estudantes do sexo feminino com um percentual de 58,2% *versus* 41,8% de estudantes do sexo masculino, na 1ª série, e de 59,4% de estudantes do sexo feminino e 38,2% do sexo masculino na 2ª série.

Deve-se considerar, ainda, que o percurso escolar regular nessa etapa de conclusão da Educação Básica conta com muitas variáveis relacionadas às transformações sociais que estamos vivenciando atualmente. Diferentemente das gerações anteriores, a sociedade em seu conjunto convive, hoje, com informações de toda ordem e com práticas sociais e valores heterogêneos, o que modifica as expectativas dos(as) estudantes em relação às escolas.

Com relação a essa constatação, quando nos referimos aos(as) estudantes do Ensino Médio baiano que estudam nas escolas públicas da rede estadual, os dados revelam que ainda existe um grande contingente desses(as) estudantes que não tem acesso à internet em suas residências, como se pode ver na Tabela 6. Essa situação demonstra que ainda há muito por fazer no que se refere a políticas educacionais que favoreçam a inclusão digital dos(as) estudantes, condição importante para a sua inserção no mundo contemporâneo marcado pelo desenvolvimento das tecnologias da informação.

Tabela 6 – Acesso dos(as) estudantes baianos(as) do Ensino Médio, das escolas da rede pública estadual, à internet em computador na residência – 2013

Computador na residência com acesso à internet	1ª série		2ª série	
	Nº	%	Nº	%
Sim, com acesso à internet	48.888	43,1	40.973	43,7
Sim, mas sem acesso à internet	9.349	8,3	8.263	8,8
Não	51.121	45,1	41.609	44,4
Nulas	835	0,7	689	0,7
Brancas	3.210	2,8	2.278	2,4
TOTAL	**113.403**	**100,0**	**93.812**	**100,0**

Fonte: SEC/BA-SABE/Avalie Ensino Médio- 2013

As condições e possibilidades que se configuram viáveis para o(a) estudante baiano(a), suas expectativas em relação ao futuro e como eles veem a comunidade em que vivem resultam de um processo de identificação que se dá de muitas maneiras. As informações divulgadas pelos meios de comunicação, a experiência das desigualdades sociais, a imagem que os(as) estudantes têm do estado e do país em que vivem são fundamentais no processo de formação de suas identidades e para a construção de suas expectativas com relação à formação que estão vivenciando.

Nesse sentido, os dados do Sabe/Avalie Ensino Médio (2013), apresentados na Tabela 7, são significativos quanto às expectativas desses(as) estudantes com relação à escola e, mais especificamente, sobre o que gostariam de fazer ao concluir o Ensino Médio, demonstrando que a grande maioria, 52% entre os que estão na 1ª série, e 56,4% entre os que estão na 2ª série, tem interesse em continuar os estudos na Educação Superior, seja em instituições públicas ou privadas.

Tabela 7 – Expectativas dos(as) estudantes baianos(as) das escolas públicas estaduais após a conclusão do Ensino Médio– 2013

Expectativas após conclusão do Ensino Médio	1ª série		2ª série	
	Nº	%	Nº	%
Entrar para uma faculdade/universidade pública	45.238	39,9	43.823	46,7
Entrar para uma faculdade/universidade privada	13.716	12,1	9.110	9,7
Fazer um curso de especialização ou profissionalizante em alguma instituição pública	12.427	11,0	10.911	11,6
Fazer um curso de especialização ou profissionalizante em alguma instituição privada	6.382	5,6	5.025	5,4
Não planejo continuar estudando	3.855	3,4	2.806	3,0
Ainda não decidi	26.019	22,9	17.934	19,1
Nulas	2.960	2,6	2.185	2,3
Brancas	2.806	2,5	2.018	2,2
TOTAL	**113.403**	**100,0**	**93.812**	**100,0**

Fonte: SEC/BA-SABE/Avalie Ensino Médio- 2013

Quanto aos projetos futuros de realização pessoal e profissional, os(as) estudantes compõem um dos segmentos mais frágeis na disputa que o mundo do trabalho estabelece, pois, para muitos(as) desses(as) estudantes, sua dedicação aos estudos acaba se transformando em uma atividade secundária, substituída, muitas vezes, por trabalho autônomo de baixa remuneração, sem carteira de trabalho assinada. Os dados da Tabela 8 indicam o percentual de estudantes que trabalham ao mesmo tempo em que realizam seus estudos, revelando que apenas 30,2% dos(as) estudantes que estão cursando a 1ª série e 26,8% dos que estão cursando a 2ª série nunca trabalharam e não estão procurando trabalho. O que demonstra que a grande maioria (65,4% dos que estão cursando a 1ª série e 69,3% dos que estão cursando a 2ª série) está trabalhando no momento da coleta dos dados, ou está procurando trabalho.

Tabela 8 – Estudantes baianos das 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, das escolas públicas estaduais, que exerceram ou exercem alguma atividade remunerada

Exerce ou exerceu atividade remunerada	1ª série		2ª série	
	Nº	%	Nº	%
Sim	26.025	22,9	24.242	25,8
Sim, mas atualmente não estou trabalhando	22.996	20,3	20.070	21,4
Nunca trabalhei	34.199	30,2	25.107	26,8
Nunca trabalhei, mas estou procurando trabalho	25.170	22,2	20.751	22,1
Nulas	2.084	1,8	1.542	1,6
Brancas	2.929	2,6	2.100	2,3
TOTAL	**113.403**	**100,0**	**93.812**	**100,0**

Fonte: SEC/BA-SABE/Avalie Ensino Médio- 2013

As perspectivas e possibilidades de um futuro profissional para esses(as) estudantes implicam a necessidade de produzir novos direcionamentos para o Ensino Médio, sendo esse um dos eixos importantes na concepção global dessa etapa de ensino, daí a importância da implantação e implementação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, instituído pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008; pelo Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 e Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005.

Além do exposto, vale destacar que o universo sociocultural do(a) estudante baiano(a) se configura como um processo em constante transformação de referências tradicionais, como a família, grupos e ambientes sociais. A diversidade religiosa na Bahia é um bom exemplo de como os valores culturais, no contexto global das várias comunidades que integram o estado, mostram-se diversificados e múltiplos, apesar de conservarem marcas históricas e culturais próprias. Os saberes constituídos das diversas religiosidades somadas às crenças populares formam um conjunto bastante plural e importante para o fortalecimento da identidade de nossos(as) estudantes.

A discussão do tema da alteridade, que engloba as inúmeras diferenças culturais, étnico-raciais e comportamentais que convivem no ambiente escolar, também merece amplo espaço nas diretrizes adotadas para o Ensino Médio da Bahia. As Diretrizes Cur-

riculares Nacionais para essa etapa de ensino determinam que ele assegure os direitos humanos como princípio norteador, desenvolvendo-se uma educação de forma integrada, permeando todo o currículo. Com isso, deve-se promover o respeito a esses direitos e à convivência humana a fim de garantir a visibilidade e o reconhecimento dos direitos humanos e sociais dos(as) estudantes como cidadãos(ãs) brasileiros(as) para que não se reforcem ou se promovam formas de exclusão nas escolas.

Em relação à diversidade de gênero e de sexualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que se deve promover a

> valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas (BRASIL, 2012, p. 7).

Além disso, um amplo conjunto de legislações e programas governamentais busca garantir o respeito à orientação sexual dos(as) estudantes, dentre os quais destacam-se:

- A Lei nº 12.361, de 17 de novembro de 2011, que aprova o Plano Estadual de Juventude e estabelece orientações para as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado voltadas aos jovens com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. O Plano em referência, em sua Seção V, art. 17, trata da diretriz específica de jovem LGBT, visando garantir o respeito às diferentes formas de orientação sexual e o seu direito de livre expressão.
- A Resolução CEE, nº 120, de 20 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a inclusão do nome social dos(as) estudantes travestis, transexuais e outros no tratamento, nos registros escolares e acadêmicos nas instituições de ensino que integram o Sistema de Ensino do Estado da Bahia.
- O Programa Brasil sem Homofobia, de combate à violência e à discriminação contra LGBT e de promoção da cidadania homossexual (2004), tem como um dos seus princípios fundamentais a "reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira" (BRASIL, 2004, p. 12).

A diversidade de gênero e de sexualidade é, sem dúvida, uma questão relevante para os(as) estudantes que vivenciam o resultado de fortes mudanças nos comportamentos, valores, crenças e atitudes frente à sexualidade.

As programações dos meios de comunicação como as novelas e programas de auditório para jovens, além das redes sociais da internet, dão visibilidade às formas alternativas de se viver a sexualidade e contribuem para propagar uma multiplicidade de expressões e procedimentos relacionados à experiência sexual, que são determinantes de comportamentos bastante diferentes daqueles já assimilados e tradicionalmente aceitos como padrão pela sociedade.

As convenções sociais, adotadas por cada comunidade de indivíduos, compreendem fundamentos, normas e sistemas relacionados à convivência, às emoções e aos parâmetros definidos pela maneira como as pessoas são vistas umas pelas outras e com os(as) quais elas se identificam. Assim, falar em educação e diversidade sexual no ambiente escolar é levar em consideração que a interação social também perpassa por questões relacionadas à diversidade das representações sociais do masculino e feminino e que gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros, entre outros, são representantes das diversas expressões assumidas pela sexualidade humana.

Uma educação que contemple aspectos tão diversos pressupõe formas de atuação também diversos, abertas ao diálogo e à participação efetiva da comunidade. Essa perspectiva determina diretrizes básicas, como incluir nas matrizes curriculares a relevância da participação das diferentes culturas e etnias na formação do povo e da cultura brasileira, conforme determina a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 26. Por essa razão, a oferta do Ensino Médio para povos indígenas, do campo e quilombolas tem como princípios norteadores a sociodiversidade e a interculturalidade, a fim de assegurar que aspectos particulares da vivência cotidiana, das crenças, das línguas maternas e do sentido de territorialidade sejam considerados no momento em que são determinadas as formas de ensino e aprendizagem. As escolas indígenas, em particular, precisam ser estruturadas a partir das especificidades dos diferentes povos, com ensino bilíngue e/ou multilíngues e seguem regulamentos jurídicos específicos, conforme orienta o Parecer CNE/CEB nº 14 de 14 de setembro de 1999.

Em um estado como a Bahia, em que a população negra representa um percentual de 17,1%, segundo o Censo do IBGE (2010), a defesa da identidade negra deve estar na base do princípio formativo. Por isso faz-se necessário que a educação no âmbito baiano contemple a temática da história da Bahia como tema destacado do componente curricular de História e como tema transversal em todos os outros componentes curriculares das três séries do Ensino Médio, para que a cultura afro-brasileira, bem como a cultura dos povos indígenas, garantida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e pela Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, torne-se mais significativa para os(as) estudantes, possibilitando reconhecê-los(as) como integrantes de uma cultura pluriétnica.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena torna possível educar para o combate ao racismo e para a erradicação das injustiças sociais pautadas nas diferenças raciais e étnicas. A afirmação da dignidade humana deve sobrepujar as desigualdades socioeconômicas historicamente construídas, por meio de ações afirmativas que favoreçam um reconhecimento positivo da identidade negra, por parte de todos que convivem no ambiente escolar.

Mediante o cenário baiano, que apresenta aspectos bastante diversificados nos âmbitos econômicos, socioculturais, ambientais e geográficos, faz-se necessária a inserção de políticas educacionais que contemplem a diversidade cultural oriunda dos afrodescendentes, que compõem, em sua maioria, a população do estado da Bahia. Nesse sentido, deve-se implantar ações estruturais que incluam práticas interdisciplinares que potencializem cotidianamente as práticas pedagógicas.

Para que os(as) estudantes baianos(as) do Ensino Médio possam se reconhecer como protagonistas de uma cultura pluriétnica, é preciso valorizar a história e a cultura das identidades africana, afrodescendente e indígena no processo de formação da cultura social brasileira e baiana e garantir o respeito à diversidade combatendo o preconceito e o racismo.

É relevante também considerar o(a) estudante que compõe o público da Educação Especial que participa da escola, garantindo os benefícios sociais de uma educação de qualidade como direito de todos(as) os(as) estudantes independentemente de suas orientações sexuais, de etnias ou raça. A educação é o elemento agregador das ações indispensáveis para se efetivar e exercer a prática dos direitos humanos, no âmbito da escola e das comunidades que se constituem como meios essenciais para dar vida e significado aos conteúdos curriculares.

As afirmações feitas até aqui são pressupostos essenciais para a garantia do direito à educação de qualidade. No processo de sua implementação nas escolas, o papel de um agente educacional ganha destaque e precisa ser reconhecido e valorizado: trata-se do professor.

Como o professor pode contribuir para a efetivação dos pressupostos e orientações contidas neste documento?

1.3 O(A) professor(a) do Ensino Médio e o currículo escolar

As Orientações Curriculares que estão sendo disponibilizadas não têm a intenção de indicar um único caminho a ser seguido pelas escolas, pois sabemos que é na lida diária que os(as) professores(as), juntamente com os(as) estudantes e num ambiente escolar específico, vão descobrindo os melhores caminhos para tornar possível o alcance de uma ação formativa que favoreça a construção de trajetórias individuais e coletivas comprometidas com a cidadania, a democracia e uma vida digna.

Essa convicção se associa à concepção de que o currículo é o resultado de uma expressão dinâmica, complexa e conflituosa dos conceitos que os sistemas de ensino, as escolas e os sujeitos envolvidos têm sobre o desenvolvimento dos(as) estudantes, articulados às concepções sobre os projetos de sociedade, bem como às expectativas de futuro.

Nesse cenário, ganham destaque as relações estabelecidas entre os(as) professores(as) e os(as) estudantes no processo de ensino e de aprendizagem, sujeitos do processo educacional que dão vida ao currículo, ao impregnarem de sentido o que está expresso em orientações curriculares por meio de suas práticas. Essa compreensão exige que as orientações não devam chegar às mãos desses profissionais como prescrição quanto ao trabalho a ser feito, mas como **apoio e indicação de uma direção**.

No desenvolvimento das atividades profissionais dos(as) professores(as), concepções e significados que embasam suas práticas de planejamento, de ensino, de avaliação,

entre outras, vão sendo construídos ao longo do tempo e precisam ser respeitados, pois é dessa síntese, definida pela mediação entre trajetórias pessoais e coletivas, que emergem as práticas profissionais em contextos institucionais específicos.

Dessa forma, a situação do conjunto da equipe escolar, envolvendo jornada de trabalho, programas de desenvolvimento profissional e condições de organização do trabalho pedagógico, tem um peso significativo para o êxito do processo de ensino e de aprendizagem que viabilize as Orientações Curriculares que se está disponibilizando.

Nesse contexto, é fundamental que a equipe docente utilize o material disponibilizado como um documento que tem por intenção primeira trazer referências e reflexões de ordem conceitual que possam, com base no estudo realizado, agregar elementos de apoio à sua proposta de trabalho, tratando a prática cotidiana como objeto de reflexão permanente.

Partindo desses pressupostos, **entende-se que os(as) professores(as) são sujeitos importantes na construção das mudanças na escola**. Para a implantação das Orientações Curriculares que estão sendo apresentadas, espera-se contar com o posicionamento desses(as) professores(as) como sujeitos do processo que, ao perceberem este documento como algo em construção, assumam uma atitude ativa e criativa na sua implementação.

Para consolidar e contribuir com projeto formativo apresentado nestas Orientações Curriculares, apresenta-se um conjunto de reflexões relacionadas às práticas docentes que se julgam necessárias para a viabilização de uma proposta de formação humana integral dos(as) estudantes do Ensino Médio baiano. **Não é a intenção**, **no entanto**, **apresentar uma prescrição de práticas docentes**, **mas alimentar o debate sobre competências profissionais**, **ou perfil profissional do(a) professor(a)**.

Também é, nesse sentido, que o(a) professor(a) poderá dispor, na segunda parte que compõe estas Orientações, de sugestões de práticas pedagógicas que buscam exemplificar possíveis articulações entre as matrizes de competências e habilidades, formuladas por área de conhecimento, e as orientações metodológicas construídas com base em uma perspectiva interdisciplinar.

Assim, em uma escola que busca a formação humana integral dos(as) estudantes torna-se necessário que a equipe de professores(as) identifique as expectativas e necessidades de desenvolvimento integral dos(as) estudantes nos aspectos físico, intelectual, emocional, social, cultural etc., articulando oportunidades educativas capazes de atendê-las, contando com o apoio destas Orientações Curriculares.

Para tanto, será necessário ao(a) professor(a):

Atuar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola;
Conhecer o contexto de vida do(a) estudante, de sua família e da comunidade em que a escola está inserida;
Estar atento às diferenças, acolhendo-as e reconhecendo que cada estudante é único e aprende de forma diferente;
Estabelecer sintonia com os interesses, anseios e projetos de vida dos(as) estudantes e apoiá-los(as) no alcance dos seus objetivos;
Manter o diálogo com as famílias dos(as) estudantes, criando mecanismos para fortalecer o seu desenvolvimento integral;
Promover atividades pedagógicas tendo por base práticas interdisciplinares e contextualizadas que favoreçam o diálogo dos saberes disciplinares tradicionais com outros saberes não tradicionais, populares etc., por meio de atividades ricas, diversas e carregadas de sentido;
Alimentar relações menos hierárquicas e mais dialógicas com os(as) estudantes, reconhecendo seus saberes e promovendo práticas de reflexão sobre seus próprios processos de desenvolvimento (meta-cognição);
Provocar os(as) estudantes para o desenvolvimento de atitudes criativas, questionadoras e protagonistas do processo pedagógico que estão vivenciando;
Realizar processos de avaliação do ensino e da aprendizagem contando com os(as) estudantes como sujeitos principais, ajudando-os(as) a identificarem o que precisam fazer para alcançar seus objetivos individuais e coletivos;
Trabalhar de forma colaborativa com outros(as) professores(as) da escola e de outras escolas, compartilhando desafios e propostas para responder às demandas para a efetivação de uma formação integral;
Identificar em colaboração com a equipe da escola, necessidades de infraestrutura, propor projetos e ações inovadoras que possam contribuir para o alcance do projeto formativo definido pela escola.

É nessa direção que se propõe a reflexão e a utilização deste documento pelos(as) professores(as), tendo como objetivo principal enfrentar o desafio de promover a formação humana integral dos(as) estudantes do Ensino Médio e aproximar a escola da vida e do contexto dos(as) estudantes.

As políticas públicas e, mais especificamente as políticas educacionais, nesse cenário, assumem também um papel de grande importância na medida em que definem, a partir dos interesses em jogo na sociedade, os direcionamentos mais amplos para enfrentar os desafios vividos no âmbito dos sistemas de ensino e do cotidiano das escolas.

Um exemplo importante das políticas públicas para a Educação Básica, fruto das lutas históricas dos(as) professores(as), foi a aprovação da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. O capítulo VII, art. 18, da Resolução citada, ao tratar dos "profissionais do magistério e sua valorização", afirma que:

> § 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério [...]

Sendo assim, e considerando-se a relevância das políticas educacionais para garantir a melhoria da qualidade da Educação Básica, pode-se questionar: **Como as políticas educacionais têm respondido aos desafios do Ensino Médio?**

1.4. Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Brasil e na Bahia

No contexto atual, dentre o conjunto das políticas públicas, as políticas educacionais vêm assumindo cada vez mais destaque, na medida em que a educação formal tem se tornado um tema de grande interesse social e se constituído como prioridade nas agendas governamentais.

A perspectiva que tem sido privilegiada é aquela que remete à necessidade de definir políticas que contribuam para viabilizar um projeto educativo que tome por base o respeito às diversidades presentes na sociedade, garantindo oportunidades iguais para os sujeitos sociais de forma justa democrática e equitativa[2]

Afirmar e consolidar a perspectiva da formação integral no Ensino Médio, nesse contexto, passa a ser um dos desafios das políticas educacionais voltadas à oferta dessa etapa da Educação Básica que, ao longo do tempo, foi marcada por uma dupla perspectiva: a) de um lado, a ênfase na formação para o trabalho; b) e, de outro, a ênfase na continuidade dos estudos no nível da educação superior.

A orientação para a superação dessa duplicidade de funções do Ensino Médio está claramente consolidada nas políticas educacionais atuais. Nesse sentido, as disposições legais sobre o Ensino Médio, definidas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirmam que uma educação geral para a inserção social cidadã e a formação para o trabalho não se contrapõem, pelo contrário, se complementam como um dos direitos fundamentais dos(as) estudantes.

---

[2] O termo equidade, de origem latina, relaciona-se com os conceitos de igualdade, direitos e justiça social e está relacionado ao direito de se possuir diferenças reconhecidas legalmente na sociedade (SPOSATI, 2010).

Para tanto, as políticas educacionais têm se voltado não apenas para o aspecto da expansão do atendimento no Ensino Médio, mas também, para a permanência dos(as) estudantes na escola, o que exige o aperfeiçoamento constante do processo de escolarização e envolve aspectos que vão desde à formação dos(as) professores(as) à elaboração do projeto pedagógico das escolas; à qualidade do material didático até às condições de infraestrutura.

Em termos legais, um conjunto de regulamentações nacionais vem sendo produzido voltado ao enfrentamento do desafio de garantir o direito de acesso dos(as) estudantes ao Ensino Médio e de melhorar a sua qualidade.

Nesse sentido, destacam-se:

a) a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), regulamentado pela Lei nº 11.494, de 2007 e pelo Decreto nº 6.253, de 2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF);

b) a aprovação da Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituída por meio da Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012;

c) o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), regulamentado por meio da Portaria MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998, que visa obter referências nacionais com relação ao desempenho do(a) estudante ao fim da Educação Básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade dessa etapa de escolaridade e para a reestruturação dos currículos do Ensino Médio;

d) o Programa Ensino Médio Inovador instituído pela Portaria nº. 971, de 9 de outubro de 2009, que visa promover discussões sobre o EM junto aos diversos sistemas de ensino, fomentar propostas curriculares inovadoras nas escolas do EM e disponibilizar apoio técnico e financeiro, em consonância com as demandas da sociedade contemporânea. (MEC/SEB, PROEMI, Documento Orientador, 2013);

e) o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, regulamentado por meio da Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, que prevê a formulação e implementação de políticas integradas entre o Ministério da Educação e as secretarias estaduais e distrital de educação, visando elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio nas suas diferentes modalidades, com ênfase na valorização da formação continuada dos professores e dos coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas; e incentivar o desenvolvimento de ações na escola visando o redesenho curricular numa perspectiva de integração da ciência, cultura, trabalho e tecnologias.

Além dessas disposições legais, é necessário destacar o Plano Nacional da Educação (2014-2024), que, a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, passando a ser entendido como política de Estado e fundamento para a construção de planos estaduais e municipais de educação.

Fruto de discussões e disputas articuladas aos projetos sociais em confronto na sociedade brasileira, que encontraram na Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) o espaço institucional para a sua expressão organizada, o PNE representa um esforço coletivo que deve aproximar agentes públicos e sociedade em geral para enfrentar os desafios relativos à melhoria do desempenho da educação brasileira.

Segundo o documento "Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação", produzido pelo MEC, por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, a elaboração do PNE implica

> [...] assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias. (MEC/SASE, 2014, p. 9)

Com relação às metas definidas para o Ensino Médio destacamos a Meta 3, que projeta o seguinte:

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

A Meta 3 do PNE trata de um dos mais antigos problemas do atendimento educacional no Brasil: a universalização do Ensino Médio. A partir da aprovação do FUNDEB e principalmente da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia a obrigatoriedade da oferta da Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade, a questão da universalização do Ensino Médio entrou na agenda das políticas governamentais de modo mais efetivo e como uma necessidade de dar respostas urgentes à sociedade.

Essa situação fica claramente evidenciada quando observamos os dados do Censo da Educação Básica de 2013 que apontam para o seguinte cenário:

a) O Brasil possui 41.141.620 alunos matriculados nas redes públicas estaduais e municipais de ensino, nas áreas urbanas e rurais;

b) Desse total, apenas 7.109.582 estão no Ensino Médio, o que equivale a 17,3% do total das matrículas.

Os dados indicam que é necessária a ampliação da oferta de vagas no Ensino Médio para que a meta possa ser alcançada. Se considerarmos que uma das metas para o Ensino Fundamental é melhorar a taxa de conclusão na idade adequada, torna-se ainda mais urgente a expansão a que estamos nos referindo.

Para dar conta da meta proposta e melhorar a qualidade do Ensino Médio, o PNE aponta um conjunto de estratégias, dentre as quais destacamos a seguinte:

> 3.1. Institucionalizar programa nacional de renovação do Ensino Médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais. (MEC/SASE, 2014, p. 22)

Ainda com relação às políticas voltadas à melhoria da qualidade da educação brasileira, que atinge diretamente o Ensino Médio, destaca-se o debate em torno da elaboração da Base Nacional Comum (BNC) curricular. A proposta da BNC se articula à meta 7 do PNE ao se constituir como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica, do fluxo escolar e da aprendizagem.

Para avançar nessa discussão, o Ministério da Educação (MEC) convocou pesquisadores e professores representantes de todas as etapas da Educação Básica e representantes de secretarias da Educação dos estados e municípios, com a intenção de produzir uma versão do documento para ser amplamente discutida com os professores das diversas redes de ensino e demais agentes educativos de todo o território nacional com um olhar voltado à garantia dos direitos de aprendizagem dos(as) estudantes brasileiros(as). Após realização da consulta pública esse documento deve tornar-se uma referência para a definição dos currículos nos sistemas de ensino e nas escolas brasileiras.

No contexto desse debate e na direção proposta pelo PNE (2014-2024), buscando responder ao objetivo de promover o direito à educação integral dos(as) estudantes, é que o governo da Bahia, por meio da Secretaria da Educação (SEC), vem assumindo o compromisso de desenvolver ações em todas as etapas e modalidades educacionais, consolidando sua política de fortalecimento da Educação Básica de modo a garantir uma educação de qualidade.

Para consolidar esse compromisso, a SEC-BA, instituiu o programa "Educar para Transformar: um pacto pela educação", que objetiva articular os agentes sociais envolvidos na educação, dentre os quais, o estado e os municípios, os educadores, estudantes, gestores, família, universidades, empresas e organizações sociais para trabalharem em prol da elevação da qualidade da Educação Básica da Bahia.

O "Pacto pela Educação", em sintonia com o PNE, pretende alcançar as seguintes metas:

a) Todas as crianças alfabetizadas até 8 anos de idade;

b) Manter todas as crianças e todos os jovens na escola, com desempenho adequado à sua série e com sucesso na trajetória escolar.

Para garantir o alcance dessas metas, o "Pacto pela Educação" definiu cinco eixos de atuação. Cada um dos eixos envolve um conjunto de ações, algumas já consolidadas como programas ou projetos, e outras buscando inovar com ações voltadas ao alcance dos compromissos assumidos, conforme se pode perceber a seguir:

1. Colaboração entre o estado e os municípios:
   - Formação continuada de professores e coordenadores
   - Produção e distribuição de livros didáticos e de livros de literatura infantil de autores baianos
   - Assessoramento técnico e transferência de tecnologia
2. Fortalecimento da Educação Básica na rede estadual:
   - Valorização dos profissionais da educação
   - Diversidade e inclusão: educação escolar indígena, quilombola, do campo, especial, para as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade
   - Ensino Fundamental: Gestar e Ciência na Escola
   - Ensino Médio: Fortalecimento do Ensino Médio/Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec)/Centros Juvenis de Ciência e Cultura
   - Educação Integral
   - Projetos de ciência, arte, cultura e patrimônio na escola
   - Jogos estudantis da rede pública
   - Conteúdos educacionais digitais
   - Bibliotecas e salas de leitura nas escolas
   - Educação de jovens e adultos: Centro Noturno e TOPA
   - Gestão escolar, Aula 100% e Currículo Bahia
3. Educação Profissional:
   - Consolidação e ampliação da oferta da Educação Profissional
   - Primeiro estágio e primeiro emprego
   - Pró-funcionário
   - Formação de técnicos em políticas públicas
   - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)
4. Parceiros da escola (universidades, empresas e outras organizações sociais):
   - Ações em parceria com empresas
   - Elevar a escolaridade dos trabalhadores: Educação Básica e Educação Profissional

- Incentivar os trabalhadores a participarem da vida escolar dos filhos
- Abonar o turno referente à presença do trabalhador na escola
- Promover campanhas para envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos
- Adesão aos projetos do Educar para Transformar
- Primeiro estágio; Primeiro emprego
- Patrocínio de projetos especiais da educação pública: Encontro Estudantil de Ciência, Arte e Cultura
- Jogos Estudantis da rede púbica
- Programa de auditório: Força Estudantil (TVE)

5. Integração família-escola:
   - Envolvimento da família na vida escolar

O esforço empreendido no programa "Educar para Transformar" se articula ao esforço nacional para aprimorar os sistemas públicos de ensino no contexto das metas e estratégias definidas pelo PNE (2014-2024). Esse alinhamento busca promover um salto qualitativo para a Educação Básica baiana, com destaque para o Ensino Médio, entendido como um esforço que pode contribuir para promover a equidade e a qualidade da educação frente às desigualdades ainda presentes no Brasil e na Bahia.

É preciso reconhecer que vivemos um importante momento de mobilização dos setores públicos e dos agentes educativos sociais que favorecem o surgimento de possibilidades para a realização de um trabalho de alinhamento de esforços para melhorar a educação na Bahia e no Brasil. Possibilidades que precisam se expressar na articulação entre as políticas mais amplas e o cotidiano da escola, mediada pelo currículo.

Nesse contexto, quais concepções de currículo estas Orientações Curriculares adotam?

2. PERSPECTIVAS DO CURRÍCULO

Busca-se, nesta parte do documento, apresentar as perspectivas de um currículo de caráter inclusivo, emancipatório e transformador, com o olhar voltado para a escola como um espaço de múltiplas identidades culturais e como um ambiente favorável para a identificação, o reconhecimento e a convivência das diferenças existentes.

Para tratar do currículo no Ensino Médio, estas Orientações tomaram como base quatro dispositivos legais:

(1) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

(2) o Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

(3) a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio; e a

(4) Portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010, que estabelece orientações sobre a reorganização curricular das escolas da Educação Básica da Rede Pública Estadual.

Nestas orientações, o currículo é conceituado como "a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos(as) estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e socioafetivas" (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, art. 6º). Por esse sentido, a base conceitual se constitui de elementos estruturantes expressos no art. 5º da referida resolução, da seguinte forma:

I – formação humana integral do estudante;

II – trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;

III – educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;

IV – sustentabilidade ambiental como meta universal;

V – indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos de processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VI – integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;

VII – reconhecimento e aceitação da diversiade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;

VIII – integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular.

2.1 Aspectos Constitutivos

Três aspectos se apresentam como constitutivos destas orientações:

a) *o aspecto normativo*, no qual se explicitam as intenções, formas de organização e estrutura do currículo para o Ensino Médio;

b) *os aspectos norteadores* do currículo constituídos pela imersão nos princípios orientadores, nas dimensões estruturantes do desenvolvimento curricular e nos estudos transversais; e

c) *o aspecto metodológico* que ressalta a prática pedagógica na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização.

2.1.1 O Aspecto Normativo

Estrutura Curricular

A estrutura curricular para o Ensino Médio se organiza a partir de quatro áreas de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares:

I – **Linguagens**: a) Língua Portuguesa; b) Língua Materna, para populações indígenas; c) Língua Estrangeira moderna; d) Arte, em suas diferentes linguagens: cênicas, plásticas e, obrigatoriamente, a musical; e) Educação Física.

II – **Matemática**: a) Matemática.

III – **Ciências da Natureza**: a) Biologia; b) Física; c) Química.

IV – **Ciências Humanas**: a) História; b) Geografia; c) Filosofia; d) Sociologia.

Estes componentes obrigatórios devem contemplar os estudos do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil; o ensino da História do Brasil deve levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias e o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e História Brasileira. Estes componentes devem ser tratados em uma ou mais das áreas de conhecimento que compõem o currículo.

Nos dispositivos legais que esboçam as diretrizes curriculares para a Educação Básica, especialmente a Lei nº 9.394, de 1996, e a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, o currículo é constituído de uma base nacional comum e de uma parte diversificada indissociáveis.

A **Base Nacional Comum** congrega um conjunto de conhecimentos, valores e habilidades fundamentais que todos(as) os(as) estudantes brasileiros(as) têm direito a aprender para que possam se desenvolver como pessoa, se prepararem para o exercício da cidadania e se qualificarem para o trabalho.

A **Parte Diversificada**, integrada à Base Nacional Comum, visa à "consolidação da habilidade própria da escrita e do Conhecimento em Língua Estrangeira", como acentuam as orientações contidas na Portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010, e se organiza a partir da eleição, feita pela unidade escolar, de um componente curricular e uma língua estrangeira moderna a serem desenvolvidos nas três séries do Ensino Médio.

Esse componente curricular poderá ser conduzido de modo que seja ofertado um componente diferente entre si em cada unidade letiva, por exemplo: Redação, Cartografia, Estatística, dentre outros que, preferencialmente, consolidem a habilidade da escrita à escolha da escola.

A Língua Estrangeira Moderna mesmo estando inserida na Parte Diversificada compõe a área de Linguagens sendo obrigatória a sua oferta na matriz curricular.

A Base Nacional Comum e a Parte Diversificada devem se articular de modo a possibilitar a sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local. Para tanto, nesta proposta, os componentes curriculares estão organizados em áreas de conhecimento e desdobrados, progressivamente, em competências e habilidades.

Formas de oferta e de organização

O Ensino Médio baiano é organizado em tempos escolares no formato de séries anuais e períodos bimestrais. A duração, para o Ensino Médio regular é de três anos com carga horária mínima total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, anualmente 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

Para o Ensino Médio regular noturno, adequado às condições de trabalhadores, respeitados os mínimos de duração e de carga horária, o projeto político-pedagógico deve atender, com qualidade, a sua singularidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada, e pode, para garantir a permanência e a aprendizagem destes(as) estudantes, ampliar a duração do curso para mais de 3 (três) anos, com menor carga horária diária e anual, garantindo o mínimo total de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas.

Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, observadas suas diretrizes específicas, com duração mínima de 1.200 (mil e duzentas) horas, deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os(as) estudantes trabalhadores(as).

2.1.2 Os Aspectos Norteadores

Os aspectos norteadores destas Orientações Curriculares adotam, como base, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, que apresenta os princípios (educativo, pedagógico e norteador) e as dimensões estruturantes do desenvolvimento curricular, complementada pela Portaria SEC nº 1.128, de 2010.

Os Princípios Orientadores

Princípio é entendido como o fundamento geral dentro do qual se deve constituir a proposta curricular das unidades escolares. Assim, sua função é importante, sobretudo para a consolidação destas orientações.

Nesta proposta, foram destacados três princípios: o norteador, o educativo e o pedagógico. O **princípio norteador** corresponde ao ponto de partida de todo o trabalho da escola com foco na formação integral do sujeito. O **princípio educativo** sustenta a proposta de educar por meio do desenvolvimento das capacidades individuais. E o **pedagógico** prevê encaminhamentos didáticos e metodológicos de modo que toda a equipe escolar fale a mesma linguagem. A seguir, são detalhados cada um destes princípios:

a) **Os direitos humanos como princípio norteador** – O respeito aos direitos humanos é um princípio nacional declarado na Constituição Federal de 1988. Garantir este respeito constitui papel fundamental das escolas. Compreendê-lo como um princípio consiste em mobilizar processos que colaborem para a construção da cidadania, do conhecimento dos direitos fundamentais, do respeito à pluralidade e à diversidade de nacionalidade, gênero, etnia, cultura, classe social, orientação sexual, crença religiosa e opção política, ou qualquer outra diferença, manifestando-se contra e excluindo toda forma de discriminação. Como um princípio que norteia o desenvolvimento de competências com conhecimentos e atitudes de afirmação dos sujeitos de direitos e de respeito aos demais, é fundamental assegurar condições em que a cultura de direitos humanos perpasse todas as práticas desenvolvidas no ambiente escolar.

   As DCN reafirmam o lugar das escolas como uma instituição social que têm papel destacado na garantia do respeito aos direitos humanos. Essas garantias estão previstas na Constituição que afirma em seu preâmbulo que o Estado Democrático Brasileiro deve assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

b) **O trabalho como princípio educativo** – remete à relação entre a educação e o trabalho, no qual se assegura o aspecto formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento das capacidades individuais. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, "o trabalho é conceituado na sua perspectiva ontológica de transformação da natureza, como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência." (art. 5º, inciso VIII, § 1º).

   Nessa direção, o trabalho como princípio educativo objetiva "a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, desenvolvida e apropriada socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos" (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, art. 13, inciso II). Neste sentido, o trabalho é compreendido enquanto humanização; é através do trabalho que o jovem se sente inserido numa sociedade, torna-se um cidadão de valor e referência, pois o trabalho é compreendido não mais como sobrevivência, mas principalmente como realização.

Esse princípio se manifesta para dar conta de uma das finalidades do Ensino Médio previstas na Lei nº 9.394, de 1996, que consiste na preparação básica do(a) estudante para a cidadania e para o trabalho. Para esta preparação, o Projeto Político-Pedagógico de cada unidade escolar deve vincular atividades integradoras artístico-culturais, tecnológicas e de iniciação científica ao trabalho, bem como considerar a articulação entre teoria e prática.

Segundo as DCN (PARECER CNE/CEB nº5, de 2011) o trabalho como princípio educativo deve se constituir no principal fundamento para a organização e desenvolvimento do currículo em seus objetivos, conteúdos e métodos. Esse fundamento significa dizer que o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social; que o ser humano é produtor de sua realidade e sujeito de sua história, podendo, portanto, transformá-la.

c) **A pesquisa como princípio pedagógico –** prevê que o protagonista na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos seja o(a) próprio(a) estudante. Este é um princípio educativo fundamental na prática pedagógica freireana por articular a realidade vivida pelo(a) estudante com o processo de ensino. A pesquisa é associada ao desenvolvimento da curiosidade pelo inusitado, ao desenvolvimento do espírito inventivo e tem a problematização como instrumento de incentivo em toda a educação escolar. Isto porque provoca o(a) estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietações, possibilitando que ele protagonize na busca de saberes e informações, quer sejam científicos, escolares ou do senso comum.

Na prática pedagógica, o que importa é o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, para que os(as) estudantes busquem e (re)construam conhecimentos. O trabalho pedagógico consiste em provocar situações em que eles possam reconhecer uma dúvida (ou problema). A partir disso, selecionar informações de fontes confiáveis, interpretar essas informações e organizar relatos sobre o conhecimento adquirido.

Nessas práticas, é fundamental considerar também possibilidades que visam à melhoria da coletividade e ao bem comum. Devem então integrar questões políticas, sociais, culturais e econômicas, preferencialmente, na sociedade em que eles se encontram inseridos pelo sentido ético-social destas ações. A pesquisa, como princípio pedagógico, pode, tanto propiciar a participação do(a) estudante na prática pedagógica quanto colaborar para o relacionamento entre a escola e a comunidade.

As Dimensões Estruturantes do Desenvolvimento Curricular

O desenho a seguir representa as dimensões estruturantes para a organização curricular do Ensino Médio.

Figura 2 – Dimensões estruturantes do currículo

Nestes termos, tem-se conceitualmente:

Trabalho – Entendido como realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção da sua existência.

Ciência – Conjunto de conhecimentos sistematizados, produzido socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

Tecnologia – Mediação entre o conhecimento científico e a produção, definida a partir de relações sociais situadas historicamente.

Cultura – Resultado material e simbólico do esforço coletivo para conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade.

Com esta perspectiva, busca-se uma escola que promova uma formação com base unitária, facultando a apropriação do conhecimento e desenvolvimento de métodos que permitam a organização do pensamento e das formas de compreensão das relações sociais e produtivas, que articule trabalho, ciência, tecnologia e cultura na perspectiva da emancipação humana.

Para se trilhar caminhos distintos para o Ensino Médio, estas dimensões se constituem como base para:

a) levar em conta o trabalho como âmbito da formação, resultando no Ensino Médio integrado aos cursos técnicos de nível médio;

b) conceber ciência e tecnologia como contexto de formação, resultando em iniciação científica e tecnológica; e

c) considerar a cultura como contexto de formação, resultando na ampliação da formação cultural.

O estado da Bahia vem ampliando a oferta do Ensino Médio integrado aos cursos técnicos desde 2010. Contudo, é importante também trilhar os demais caminhos, aprofundando a formação em ciência e tecnologia e a formação cultural para que essa etapa de ensino assuma um sentido importante para adolescentes, jovens e adultos, independentemente de suas origens socioeconômicas. Enfim, a implantação das dimensões estruturantes, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, implica na necessidade de revisar, seguramente, o Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.

Nesta direção, o Parecer CEB/CNE nº 5, de 2011, convida as escolas à sua "recriação" a fim de "ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho" (p. 25). Faz-se presente e necessária, ao mesmo tempo, uma política pública acompanhada de outras dimensões, como financiamento, profissionais qualificados, regime de cooperação entre União, estados e municípios, viabilizando adequadas infraestruturas física e material nas unidades escolares.

Os Estudos Transversais

Ainda em destaque nestas orientações da organização do currículo e, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 02, de 2012, a Portaria SEC nº 1.128, de 28 de janeiro de 2010, estabelece que sejam apontados no Projeto Político-Pedagógico estudos transversais sobre as temáticas Educação das Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Estudo sobre Idosos, a serem discutidas mais adiante especificadamente.

Educação das Relações Étnico-raciais

A educação das relações étnico-raciais como estudos transversais convida as escolas a implementar e divulgar conhecimentos, atitudes, posturas e valores que fomentem a promoção da igualdade étnico-racial no seu cotidiano. Desta forma, colabora com a oferta de uma educação antirracista e de valorização e efetivação da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena em nosso estado.

Debates sobre práticas discriminatórias, racistas e sexistas, história e cultura das populações negras, dos povos indígenas, das comunidades ciganas e tradicionais devem fazer parte do cotidiano escolar, pois são evidentes as repercussões diretas do fazer pedagógico no desenvolvimento de valores humanos dos(as) estudantes.

Educação Ambiental

A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Capítulo I afirma, em seu art. 2º: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal".

Entendendo a importância do desenvolvimento dessa temática para a construção de uma sociedade participante nas questões socioambientais e, consequentemente, mais justa e sustentável, a Política Estadual de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 12.056 de 07 de janeiro de 2011, define a Educação Ambiental como o "conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos que fortaleçam a relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que o integra".

Diante do atual cenário global em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio destacam como um dos eixos de organização a sustentabilidade ambiental como meta universal (Resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, Art. 5º inciso IV). Assim, cabe às unidades escolares incluir os princípios da educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios como forma de intervenção ampla e fundamentada para o exercício pleno da cidadania, conforme destacado nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental estabelecidas pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação.

Nesse contexto, é de suma importância que a comunidade escolar conheça os programas relativos à Educação Ambiental, promovidos pelo Governo do Estado, a fim de fortalecê-la e enraizá-la. Destacamos o Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia – ProEASE, que tem como finalidade orientar e fortalecer o processo educativo, uma vez que apresenta princípios, diretrizes, linhas de ação e fornece subsídios teóricos que objetivam ampliar os conhecimentos dos(as) professores(as) de forma que ações permanentes estejam integrando a temática ao cotidiano e ao Projeto Político-Pedagógico, contribuindo para a formação integral e cidadã dos(as) estudantes por meio de uma prática transformadora e emancipatória.

Educação em Direitos Humanos

O desenvolvimento do tema Direitos Humanos na Escola deve se pautar na intenção maior de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É uma ação que prevê atender o que diz a nossa constituição através do trabalho com temas como solidariedade, cooperação e justiça social. No Ensino Médio, a necessidade de se desenvolver este tema é urgente, visto que, muitos dos desafios enfrentados atualmente pela sociedade surgem da necessidade de cuidado para com o outro. Pautar o processo de ensino e de aprendizagem nesse princípio, é garantir que sejam aprofundadas as discussões sobre os direitos e deveres dos cidadãos, é trazer à tona a busca da formação de uma individualidade que respeita suas singularidades e diversidades.

Estudo sobre Idosos

Muitas são as alterações na sociedade e é possível afirmar que uma delas é a transformação no perfil demográfico da nossa população. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2013, vem diminuindo o número de crianças e aumentando o de idosos, o que mostra uma tendência de envelhecimento do país. Segundo comparações feitas em estudos do IBGE, considerando um espaço de 12 anos, a proporção de crianças de 0 a 9 anos caiu de 18,7% do total de habitantes, em 2001, para 13,9% em 2013. Também caiu a proporção de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos de idade, ainda na comparação entre 2001 e 2013: desceu de 15,9% para 13,4% do total dos brasileiros.

Por outro lado, a população com mais de 60 anos, que era de 7,7% em 2000, aumentou para 9,28% em 2010. A projeção é que continue crescendo e alcance 12,46% em 2020 e chegue aos 17,02% em 2030. No ano 2000 havia 16,5 idosos para seis jovens de zero a 14 anos. Em 2010, chegamos a 23,8 idosos para o mesmo número de jovens. As estimativas são de 38,47 idosos em 2020 e 65 em 2030.

Esse é um cenário que precisa ser considerado como temática relevante para a organização dos currículos das escolas, na medida em que se faz necessário pensar sobre o idoso numa perspectiva de cultivo de valores como respeito, solidariedade e reconhecimento do papel relevante que esses sujeitos representam para a sociedade.

O Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 3 de outubro de 2003), no seu art. 3º, convoca as escolas a divulgarem informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento. Complementando, o capítulo V, no seu art. 22, diz que "nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria".

O convívio intergeracional nos traz uma indagação: estamos preparados para esse convívio? A educação porta meios ou maneiras de construí-lo de forma a contribuir para um entendimento que favoreça a superação de situações em que se evidencie estereótipos e/ou de preconceitos com relação aos idosos. Aqui, é preciso trabalhar para que as diferenças sejam valorizadas, que as histórias de vida tenham outro significado, transmitidas e renovadas.

Importante salientar que, bem possivelmente, outros temas com natureza de estudos transversais surgirão nos espaços das unidades escolares como urgentes e necessários. Cabe à comunidade escolar compreender esta dinâmica de particularidades e organizar fóruns de discussões junto aos representantes de professores(as), funcionários(as) e estudantes para que se apresentem as necessidades urgentes e as possíveis formas de chegar a um maior número de atores sociais envolvidos no processo de transformação local. Ampliando esta perspectiva tem-se: educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947, de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica); educação para o trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro) e a educação para as relações de gênero, sexualidade e diversidade (Resolução CEE nº120, de 2013), dentre outros temas da atualidade e de urgência social.

2.1.3 O Aspecto Metodológico

A prática pedagógica é uma prática social, de caráter histórico e cultural e representa a mediação entre as atividades didáticas cotidianas dos(as) professores(as), os diferentes aspectos do projeto pedagógico da escola e as relações desta com a comunidade e a sociedade. O conjunto dessas mediações se expressará por meio do currículo da escola, como fruto da tomada de decisões coletivas.

Nessa perspectiva, para avançar na discussão sobre os aspectos metodológicos que constituem as bases destas Orientações Curriculares, partimos do que afirma a Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012, ao definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que traz, em seu artigo 12, a seguinte afirmação sobre o currículo:

> O currículo deve "adotar metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem que estimulem a iniciativa dos(as) estudantes de tal forma que, ao final, o(a) estudante demonstre:
> a) domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
> b) conhecimento das formas contemporâneas de linguagem".

Cabe à escola, portanto, garantir um enfoque metodológico que responda de maneira adequada ao desenvolvimento destes domínios e conhecimentos, a fim de que os componentes curriculares contribuam para a formação humana integral. E, neste sentido, o enfoque metodológico a ser priorizado deve contar com atividades em que o currículo esteja integrado ao contexto social dos(as) estudantes.

Como tentativa de contribuir com esta dinâmica, estas Orientações Curriculares apresentam, na sua segunda parte, um conjunto de orientações metodológicas sustentadas nos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização que organiza e trata o currículo na prática a partir de estratégias diversificadas, tais como:

- aprendizagem baseada em problemas;
- centros de interesses;
- elaboração de projetos;
- investigação do meio;
- aulas de campo;
- visitas técnicas;
- atividades artístico-culturais e desportivas, entre outras.

Todas as estratégias buscam fomentar aspectos mais globalizadores e que abranjam a complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência e o mundo real, além de buscar o diálogo entre os componentes curriculares que compõem as áreas de conhecimento e o diálogo entre as áreas.

Essas práticas são desafiadoras, pois tentam, por um lado, romper com a clássica fragmentação do currículo do Ensino Médio e, por outro, demandam uma articulação e um diálogo permanentes entre os conhecimentos.

Assim, as propostas metodológicas sugeridas nestas Orientações Curriculares e que aparecem descritas, de forma aplicada, na segunda parte do documento, estão baseadas no desenvolvimento de atividades integradoras que contribuem para a imersão no real ou sua simulação com o objetivo de favorecer a compreensão entre a parte e o todo por meio de atividades interdisciplinares que integrem as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

> [...] a interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos. (PARECER CNE/CEB, nº 7, de 2010, p. 24)

Compreendida como uma abordagem teórico-metodológica com destaque no trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, o citado Parecer considera que essa orientação deve ser enriquecida por meio de proposta temática trabalhada transversalmente pois ela é "[...] entendida como forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas" (PARECER CNE/CEB, nº 7, de 2010, p. 24).

A interdisciplinaridade é, à vista disso, uma abordagem que favorece o exercício da transversalidade, constituindo-se em caminho integrador do processo formativo dos(as) estudantes, pois ainda autoriza a sua participação na escolha de temas relevantes.

A transversalidade e a interdisciplinaridade se opõem à concepção de conhecimento que compreende a realidade como algo pronto e acabado. Seu foco é no(a) estudante e no processo de aprendizagem tendo como fio condutor as conexões entre o trabalho e as demais dimensões.

Pressupostos de uma prática interdisciplinar

A primeira condição para efetivação da prática interdisciplinar é a flexibilização curricular. Os componentes integrantes da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada devem permitir adaptação, adequação ou diversificação, quer na seleção dos conteúdos, quer na definição dos métodos ou nas formas de avaliar.

Para facilitar esta condição, os objetivos traçados para os componentes eleitos para essa prática devem ser comuns. Isto traduz um esforço coletivo, pois os(as) estudantes trabalham juntos(as), para atingir um objetivo comum, ao contrário de trabalharem sozinhos, trocam ideias de modo que o resultado seja fruto de um esforço coletivo.

Logo, os elementos apresentados na Figura 3 são essenciais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade:

Figura 3 – Elementos essenciais de uma prática interdisciplinar

Fonte: elaboração dos(as) autores(as).

Nessa prática algumas premissas são importantes:

- ✓ ***A quantidade de componentes curriculares envolvidos*** pode variar entre dois ou mais. Todo esforço depende da articulação teoria/prática, do enquadramento conceitual, da metodologia adotada e da proposta de avaliação.
- ✓ ***A natureza dos componentes envolvidos*** também pode variar. Para o Ensino Médio, tanto a integração pode acontecer entre componentes de áreas diferentes, como da mesma área. Esta última é mais comum e possível, diante da semelhança das disciplinas em seus métodos, conceitos e procedimentos, contudo, experiências de práticas interdisciplinares entre componentes curriculares de áreas diferentes podem ser ricas e prazerosas.
- ✓ ***Os princípios teóricos e metodológicos*** subjacentes às práticas interdisciplinares buscam a integração entre os saberes disciplinares e não disciplinares, o diálogo entre os pares, entre os conteúdos, com o foco na superação da hierarquização do conhecimento.

- ✓ ***As vias possíveis para a efetivação*** são a via curricular disciplinar ou extradisciplinar e a via extracurricular. Cada uma dessas vias tem as suas potencialidades e dificuldades e exigem maior ou menor grau de flexibilidade e visão de mundo ampliada pelos(as) professores(as) que se enveredam a vivenciá-la.
- ✓ ***Os possíveis níveis de realização*** estão pautados na elaboração dos currículos, elaboração dos programas dos vários componentes curriculares e de situações didáticas cotidianas.

Possibilidades práticas da interdisciplinaridade

Com estas orientações curriculares, duas possibilidades práticas da interdisciplinaridade serão enfatizadas: *a organização do currículo num contexto integrado* e o desenvolvimento de *projetos de pesquisa*. Embora não se trate das únicas modalidades prováveis, acredita-se que as escolas podem articular as dimensões estruturantes (trabalho, ciência, tecnologia e cultura) e concretizar os princípios relacionados (direitos humanos, trabalho, e pesquisa) com estas possibilidades.

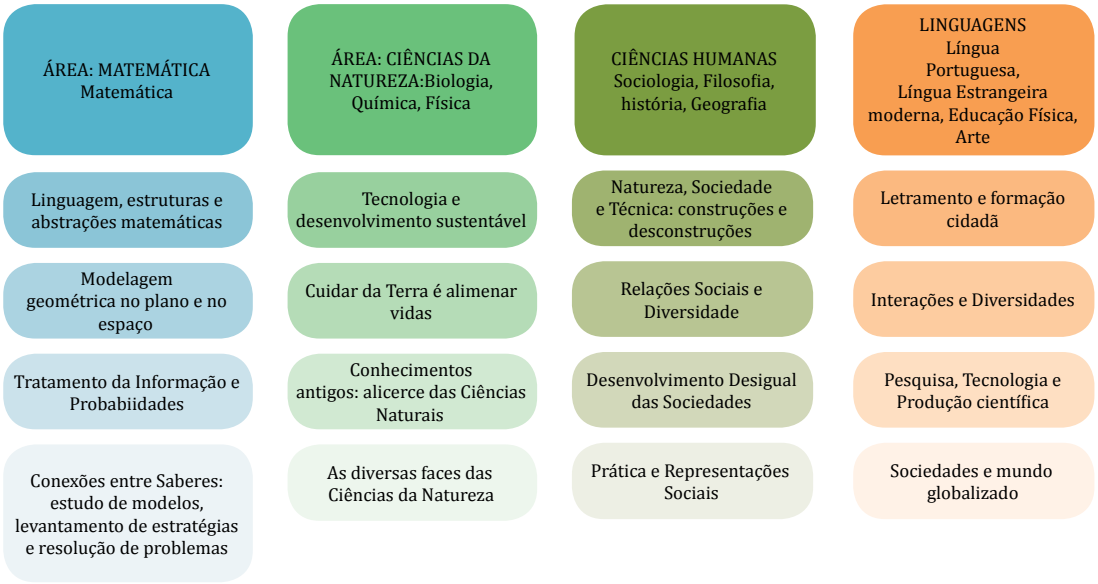
Nesse viés, as possibilidades metodológicas que compõem a segunda parte destas Orientações Curriculares, desenhadas por cada uma das áreas de conhecimento, apresentam formas de materializar a interdisciplinaridade no cotidiano da sala de aula por meio da apresentação de exemplos de sequências didáticas.

O currículo integrado

Essa perspectiva consiste em organizar o currículo de forma globalizada expressando o trabalho educativo em termos da complexidade do conhecimento e de sua produção. Isso implica que a escola repense os critérios para a organização de seu currículo, que deve sempre estar voltado para as exigências de um mundo pluralista e para a formação integral e social do(a) estudante.

Nesta proposta curricular, dois momentos específicos caminham em direção a um currículo integrado. O primeiro se destaca quando são eleitos pela escola componentes curriculares da parte diversificada de forma democrática de acordo com as suas necessidades. Desta forma, é possível sintonizar os interesses de formação básica do cidadão com a realidade local. O segundo se revela na forma de organização dos componentes curriculares em áreas de conhecimentos e na definição de eixos temáticos comuns aos componentes da mesma área. Na proposta, cada área de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares definiu eixos temáticos comuns a estes componentes com o objetivo de promover a integração de competências, habilidades e conteúdos referenciais a ele relacionados, conforme expresso na figura a seguir:

Figura 4 – Eixos temáticos integradores



Fonte: elaboração dos(as) autores(as).

Os eixos temáticos presentes em cada área de conhecimento visam garantir diálogos entre os componentes curriculares a partir do planejamento. Por esta proposta, cada área de conhecimento e os componentes curriculares têm, em comum, um conjunto de eixos temáticos frutos de um amplo diálogo que se constitui referencial na proposição de competências e habilidades. Aqui, o conhecimento é compreendido como elemento integrador, historicamente construído e possivelmente compartilhado numa perspectiva interdisciplinar.

O trabalho com projetos

Esta é uma abordagem metodológica que consiste na mobilização dos(as) estudantes à pesquisa, investigação, desenvolvimento de autonomia e significação dos conhecimentos escolares. O currículo é desencadeado a partir da resolução de problemas com foco em uma problemática "real" e socialmente relevante, bem como por meio de processos de elaboração em grupo, mas abertos aos seus contextos de vida.

Um dos desdobramentos dessa abordagem reside em estratégias para se integrar os componentes curriculares por meio de processos de aprendizagem centrados em temas relacionados à vida dos(as) estudantes, identificados por eles(as) mesmos(as).

Nessa abordagem, é possível integrar, além dos conhecimentos formais organizados na escola, os saberes adquiridos por meio de pesquisa e da experiência direta, em campo, quando o foco é a exploração de uma determinada temática ou questão social significativa. Permite também, que o cotidiano dos(as) estudantes seja articulado à aprendizagem escolar o que pode fomentar a disposição para aprender de cada um. Essa articulação confere, hoje, uma grande condição de aprendizagem interdisciplinar.

As etapas para o desenvolvimento da prática pedagógica por projetos variam conforme os diversos referenciais teóricos sobre a temática, contudo, as fases que devem se constituir são as mesmas:

Planejamento

É fundamental que o planejamento seja realizado coletivamente pela comunidade escolar, desde o cronograma com as fases a serem realizadas em seus respectivos tempos, bem como o período necessário para sua execução e custos financeiros.

Seleção do tema

O tema deve estar de acordo com as necessidades da escola. Isto implica na probabilidade de vários temas de projetos de pesquisa num mesmo grupo. Outra questão relevante diz respeito aos conhecimentos escolares que devem ser articulados neste momento, de modo que os(as) estudantes sejam mobilizados(as) à pesquisa, à curiosidade e aos desafios sociais.

Problematização

Os(as) estudantes devem, neste momento, expressar suas crenças, ideias, conhecimentos sobre o tema escolhido. O(A) professor(a) atento(a) às experiências que eles(as) trazem e às suas histórias de vida deve respeitar as vivências e os saberes, pois é a partir deles que a mediação se efetuará.

Aproveitar a experiência social dos(as) estudantes para discutir aspectos da realidade é oportunizar o encontro das suas visões com outras visões de mundo, trocando conhecimentos entre o grupo, analisando concepções sob diversos pontos de vista, questionando assim suas próprias atitudes.

Pesquisa, sistematização e produção

A sistematização das informações contribui para que todos os envolvidos respondam às questões iniciais e às novas questões que surgirem no processo da pesquisa sobre o tema. Fundamental relacionar o tema que está sendo pesquisado e um contexto sociopolítico maior. Além do que é interessante que esse trabalho de pesquisa e estudo se reflita em mudanças de atitudes do(a) professor(a) e dos(as) estudantes em relação ao tema desenvolvido e também em ações na comunidade escolar.

Nessa fase é importante a atuação do(a) professor(a) no acompanhamento da execução do trabalho, de tal modo que suas intervenções levem os(as) estudantes a confrontar suas crenças e conhecimentos e a relacionar a novos elementos.

Ressalta-se que o(a) professor(a) reflexivo(a) e pesquisador(a) é capaz de analisar sua prática e aprimorá-la no sentido de colaborar cada vez mais com a formação de pes-

soas capazes de pensar, refletir e compreender fatos, situações e problemas bem como se posicionar criticamente.

Socialização

Os debates, as investigações e os resultados obtidos devem ultrapassar os espaços da sala de aula ou da escola. A interação com a comunidade extra-escolar é fundamental tanto para levar as reflexões para além do grupo que participa do projeto como, principalmente, porque é na comunidade que percebemos condições propícias para uma mudança social frente ao que foi estudado.

As formas de divulgação são diversas e relacionam-se à natureza do projeto desenvolvido: cartazes e folhetos informativos fixados tanto nos espaços intra como extra-escolares; cartas às autoridades, uso das redes sociais em ambiente virtual, dentre outras possíveis.

Avaliação

Etapa de síntese e consiste no fechamento do projeto. Ela deve ser prevista e preparada desde o planejamento e continua ao longo do desenvolvimento.

Nessa etapa, deverão ser realizadas atividades que reúnam, organizem e esquematizem os resultados da pesquisa e, em seguida, validados por todos que se dedicaram ao trabalho.

Com estas etapas, é possível viabilizar um trabalho significativo em que a interdisciplinaridade esteja circunscrita nas práticas cotidianas da escola. Logo, o currículo ganha vida na escola, nas suas determinações e vivências internas. Estas orientações recomendam uma concepção, entretanto as singularidades culturais, as características dos(as) estudantes, e as especificidades locais é que vão determinar estas variações.

2.1.4 A avaliação educacional: concepção, tempo e espaço

A avaliação deve ser compreendida como uma oportunidade da escola analisar, acompanhar e aperfeiçoar “sua dinâmica institucional” de modo permanente. Nesse processo, procedimentos externos (organizados por órgãos locais e centrais da administração) e procedimentos internos (organizados pela unidade escolar) oferecem elementos para o desenvolvimento tanto da avaliação institucional como da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

Ambas devem ser realizadas com a participação da comunidade escolar e seus resultados deverão subsidiar os processos de planejamento, intervenções, possíveis inovações com o fim da melhoria dos processos pedagógicos desenvolvidos pela unidade escolar e pela Secretaria da Educação. (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, arts. 41 e 44).

Krug (2001) ressalta que, quando a comunidade escolar assume esta proposta de avaliação a partir do autoconhecimento, todos se comprometem com o que pretendem transformar, ao tempo em que, através da criticidade permanente, participam, colaboram e decidem sobre a construção da sociedade num processo de ampla autonomia.

Essa perspectiva se apoia em fundamentos que defendem uma avaliação de natureza emancipatória e participativa, ou seja, uma avaliação que envolve as pessoas na sua história de modo que realizem e executem suas próprias ações com liberdade e, ao mesmo tempo, autonomia. Complementando,

> a redefinição do conceito e da prática de avaliação pode manter a metáfora da fronteira se percebemos fronteira não como demarcação de limites rígidos e imutáveis, mas como lugar de trânsito e transitório; fronteira que se desfaz e se desloca, enquanto outras vão sendo produzidas; simultaneamente margem e centro, produtora de exclusão em que o excluído não deixa de ser parte (ESTEBAN, 1990, p. 15)

Compreendida como prática fronteiriça, a avaliação permite o trânsito entre lugares já percorridos e novos lugares inclusive ainda não explorados para que sejam cotidianamente (re)construídos como parte de um processo coletivo, dialógico, complexo, realizado por pessoas com expectativas, compromissos, conhecimentos, prática e desejos coletivos. Este é, sem dúvida, um grande desafio.

Como o enfoque consiste em aperfeiçoar a dinâmica institucional, faremos breves considerações sobre os processos externos e internos que a compõem:

Avaliação Externa

Esta categoria é organizada e desenvolvida pelo Ministério da Educação, organismos internacionais e pela Secretaria da Educação. Visa ao diagnóstico do desempenho dos(as) estudantes da rede estadual de ensino para subsidiar a definição e o acompanhamento de políticas públicas educacionais. À escola, caberão dados e informações que podem auxiliá-la no processo de seu aperfeiçoamento.

No contexto baiano, destaca-se o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe) que foi concebido para subsidiar o monitoramento da qualidade da educação das redes públicas (estadual e municipal). Em desenvolvimento desde 2007, esse sistema produz diagnósticos e aponta caminhos para o acompanhamento e a realização de intervenções nas escolas. Dentre os projetos desenvolvidos pelo Sabe destaca-se a avaliação externa do Ensino Médio – o Avalie Ensino Médio.

O Avalie Ensino Médio é um estudo longitudinal e censitário e abrange as três séries do Ensino Médio. Por se tratar de um estudo longitudinal, essa avaliação acompanha os(as) estudantes ao longo dos três anos por meio da aplicação de provas objetivas, organizadas por área do conhecimento e produção textual, além de questionários respondidos pelos(as) estudantes, professores(as) e gestores(as). Este acompanhamento permite que o(a) estudante protagonize seu próprio processo de aprendizagem atento tanto à sua evolução quanto às necessidades de melhorias.

No triênio 2008-2010, o Avalie Ensino Médio acompanhou a evolução do rendimento dos(as) estudantes de 232 escolas exclusivas de Ensino Médio, a partir da aplicação de testes e questionários, utilizando como referencial a matriz de competências e habilidades do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a fim de realizar estudos sobre os valores agregados ao rendimento escolar dos avaliados.

No triênio 2011-2013, o Avalie passou a atender a todas as escolas estaduais de Ensino Médio Regular e da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio (EPI), abrangendo os(as) estudantes de 1.090 escolas baianas.

Tal qual o Enem, essas avaliações tentam aproximar uma percepção mais fiel do sistema na perspectiva do direito dos(as) estudantes e, por esta razão, as escolas devem manter-se alinhadas com essas propostas ao pensarem seus Projetos Políticos Pedagógicos – PPP.

Avaliação Interna

A avaliação interna consiste num processo em que a unidade escolar diagnostica e aperfeiçoa sua dinâmica desde sua estrutura, funcionamento até o processo de ensino e de aprendizagem. Destacam-se a avaliação institucional e a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A **avaliação institucional** visa fornecer subsídios para um diagnóstico dos processos pedagógicos e administrativos das unidades escolares e do sistema de ensino com vistas à definição e acompanhamento das políticas públicas e projetos implantados nas unidades escolares (REGIMENTO ESCOLAR, 2011, art. 42).

Nesse momento, a participação ativa de toda a equipe da escola é fundamental, pois o alvo é o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da unidade escolar e o desempenho da comunidade escolar que envolve o corpo diretivo, técnico pedagógico e administrativo, docentes e servidores em geral.

Caberá a cada escola anunciar em seu Projeto Político-Pedagógico uma proposta de avaliação institucional que envolva a todos(as) e realizar, cotidianamente, ações relacionadas a ela para que, de posse dos resultados, possa promover melhorias na unidade escolar visando ao aperfeiçoamento do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem objetiva o "diagnóstico das aprendizagens, a correção de procedimentos de ensino e a melhoria do rendimento escolar" (REGIMENTO ESCOLAR, art. 45). Sua base legal concentra-se na Lei nº 9.394 de 1996, que observa os seguintes critérios para sua realização:

> a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; [...] e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos [...]. (Lei nº 9.394, de 1996, art 24).

Outros documentos orientadores como a Resolução CEE nº 127, de 17 de dezembro de 1997, o Regimento Escolar das Unidades Escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino e a Portaria SEC nº 1.882, de 3 de abril de 2013, entendem que a avaliação deverá ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. E o que significa prevalecer os aspectos qualitativos sobre os quantitativos?

Concordando com Luckesi (2005), essas orientações defendem a avaliação da aprendizagem de natureza predominantemente qualitativa e não quantitativa. Pois além de o termo avaliar ter a ver com qualidade, o ato de avaliar, operacionalmente, "trabalha com a qualidade atribuída com base numa quantidade do desempenho do estudante que se manifesta com características mensuráveis, ou seja, determinado montante de aprendizagem" (LUCKESI, 2005, p. 33). Logo, o ato de avaliar é um ato de atribuir qualidade, tendo por base uma quantidade, o que implica ser, a avaliação, constitutivamente qualitativa.

Assim, o predomínio da qualidade sobre a quantidade nada mais é do que a garantia no aperfeiçoamento da aprendizagem e não se deve confundir a qualidade com os aspectos afetivos e quantidade aos aspectos cognitivos. Luckesi (2005) destaca que essa é uma natural distorção na escola e acrescenta:

> Em avaliação da aprendizagem necessitamos de aprender a olhar nosso educando como um todo e, então, aprenderemos, que a qualidade de um ato, seja ele cognitivo, afetivo ou psicomotor, tem a ver com seu refinamento, com seu aprofundamento e foi isso que o legislador quis nos dizer quando colocou na lei que, "na aferição do aproveitamento escolar, deve levar em conta a qualidade sobre a quantidade". (LUCKESI, 2005, p. 33).

Em outras palavras, podemos inferir que avaliação qualitativa e avaliação quantitativa não se contrapõem mas se complementam uma vez que dados, números e resultados traduzem também informações da realidade, entretanto não são suficientes para representar inferências, compreensões, conquistas e participações dos estudantes durante sua trajetória de vida escolar.

Hoffmann (2003) ressalta que essa avaliação, ao tempo em que é cotidiana e intuitiva, é, também, sistematizada em momentos pontuais. Por ser sistematizada, alerta que é preciso atentar para o risco de ela ser utilizada como mecanismo de punição ou recompensa aos(às) estudantes uma vez que, nesta sistematização, são atribuídas notas.

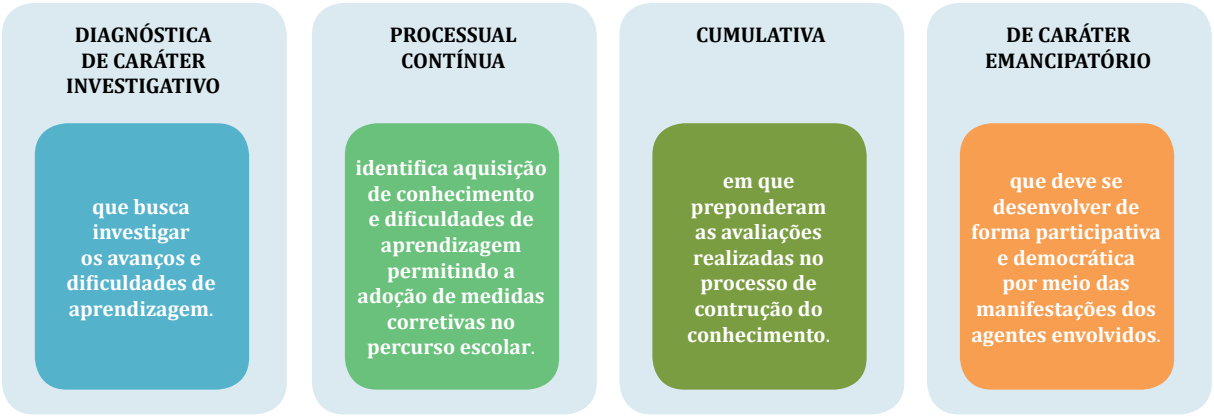
Sistemática de avaliação de ensino e de aprendizagem

A Portaria SEC nº 1.882, de 2013, que dispõe sobre a sistemática de avaliação do ensino e da aprendizagem concebe em seu art. 2º, a avaliação como um

> [...] dispositivo pedagógico de formação que deve orientar todo o processo de ensino e de aprendizagem contemplando as dimensões qualitativa e quantitativa, configurando-se como uma ação de caráter investigativo, processual, contínuo, cumulativo e emancipatório, tendo como objetivos: I – realizar o diagnóstico e o acompanhamento das aprendizagens; II – realizar a revisão e o planejamento dos procedimentos de ensino e; III – maximizar o aproveitamento escolar (PORTARIA nº 1.882, de 2013, art. 2º).

De acordo com esta concepção, o Regimento Escolar Comum (2011, art. 48) propõe uma avaliação da aprendizagem pautada nas seguintes ações:

Figura 5 – Conjunto de ações que permeiam a avaliação da aprendizagem



Fonte: elaboração dos(as) autor(as)

Esse conjunto de ações pressupõe uma prática permanentemente dialógica entre professores(as) e estudantes e uma atenção cuidadosa no cotidiano da sala de aula para as aprendizagens consolidadas e por consolidar. Visando contemplar o caráter diagnóstico, investigativo, processual e contínuo, a proposta de recuperação paralela é incorporada nessa cultura de avaliação da aprendizagem de forma sistemática como meio para garantir a aprendizagem.

Portanto, é importante que a escola articule possibilidades de envolver os(as) estudantes nos propósitos que fazem parte desta cultura conferindo a eles(as) a responsabilidade pelos seus estudos e resultados. Tal condição convoca a escola a pensar instrumentos democráticos e abertos que se configurem como momentos de avaliação qualitativa e quantitativa. Estes instrumentos devem ser definidos no Projeto Político-Pedagógico de cada escola. No Ensino Médio, pode-se pensar em atividades avaliativas, tais como: pesquisas, seminários, relatórios, registros reflexivos, avaliações escritas individuais ou atividades em grupos conforme a proposta de cada componente curricular.

Esse momento, por um lado, demarca uma oportunidade para que os(as) estudantes demonstrem seus avanços e, por outro, aponta situações que merecem revisão para, com isso, reorientar a prática pedagógica com vistas a garantir melhor aproveitamento.

As premissas básicas presentes na organização destas Orientações Curriculares para a avaliação da aprendizagem são **observação**, **diagnóstico**, **revisão e reajuste do currículo da escola e dos processos de aprendizagem**, continuamente. A proposta de desenvolver competências numa progressão de I (iniciar), TS (trabalhar sistematicamente) e C (consolidar) no Ensino Médio se alinha com essa ideia de diagnóstico e acompanhamento permanentes, revisão e planejamento dos processos de ensino compreendendo como oportunidade de desenvolver as aprendizagens por etapas ao longo de três anos.

Ou seja, nas três séries do Ensino Médio o(a) professor(a) precisa estar atento à evolução dos(as) estudantes quanto às habilidades e competências necessárias para prosseguir em direção à próxima etapa prevalecendo, para promoção, o alcance das competências definidas para cada série estudada, cujos resultados serão expressos através de notas.

Recuperação paralela no contexto da avaliação processual

Trata-se de "um momento avaliativo que se configura como uma estratégia de recuperação processual da aprendizagem devendo ser planejada em todas as unidades didáticas, com foco nas aprendizagens que não foram consolidadas, refletido no aproveitamento escolar adquirido na avaliação parcial em um ou mais componentes curriculares". (PORTARIA SEC nº 1.882, de 2013, art. 5º).

Portanto, caracteriza-se como um procedimento didático-pedagógico a ser incorporado pelo professor(a) a partir de sua autonomia e deve ocorrer em todas as situações identificadas como necessárias ao longo das unidades didáticas.

Seus objetivos são:

> I – identificar as aprendizagens adquiridas e as dificuldades dos(as) estudantes; II – promover processualmente, na unidade didática, avaliações que visem à superação dessas dificuldades de aprendizagem apresentadas no itinerário formativo do(a) estudante; III – adequar estratégias de ensino; IV – oferecer oportunidades de aprendizagens com ações que contribuam para que as dificuldades diagnosticadas possam ser superadas, e; V – acompanhar o desenvolvimento do(a) estudante para construção de aprendizagens. (PORTARIA SEC nº 1882, de 2013).

O foco da recuperação paralela é nas aprendizagens que não foram consolidadas pelos(as) estudantes, refletidas no aproveitamento escolar, resultante da avaliação parcial em um ou mais componentes curriculares.

Possibilidades de realização da recuperação paralela

Conforme previsto no Regimento Escolar, durante uma unidade didática, o(a) professor(a) deverá realizar, no mínimo, três avaliações diversificadas (orais, escritas, individuais ou em grupos). Estas avaliações devem resultar, no final da unidade letiva, em um total de 10 pontos. Tomemos como exemplo uma escola X que teve com determinado componente curricular, na unidade didática, a proposta de 3 avaliações gerando as notas 1 (valor 3,0), nota 2 (valor 3,0), e nota 3 (valor 4,0).

Entre o resultado de uma avaliação e outra, caso o(a) professor(a)perceba lacunas no desenvolvimento de habilidades e competências e identifique aprendizagens não consolidadas pelos(as) estudantes deverão ser implementadas, no seu planejamento, atividades voltadas para a superação das dificuldades diagnosticadas, garantindo assim o processo de recuperação paralela para todos os(as) estudantes.

No final da unidade didática, caso o(a) professor(a) perceba que permanecem lacunas no desenvolvimento de habilidades e competências e identifique aprendizagens ainda não consolidadas pelos(as) estudantes deverão ser planejados novos estudos de recuperação dessas aprendizagens na próxima unidade.

E, no final do ano letivo, o(a) estudante deverá ter desenvolvido as habilidades e competências necessárias para progredir nos estudos com as aprendizagens plenamente consolidadas traduzindo seu resultado em notas.

Concluindo, a avaliação escolar adquire sentido na medida em que se articula com o Projeto Político-Pedagógico da escola. Uma escola democrática, inclusiva, que considera as múltiplas possibilidades de realização de aprendizagens dos(as) estudantes compreende que todas as pessoas são capazes de aprender e que as ações educativas, as estratégias de ensino e os conteúdos dos componentes curriculares devem ser planejados considerando esta multiplicidade.

Os Aspectos Metodológicos apresentados nestas Orientações Curriculares, bem como a discussão sobre a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, tem a intenção de se constituir em referências para o trabalho cotidiano dos(das) professores(as) a ser planejado e executado na escola, em função das especificidades que se expressam por meio das relações estabelecidas entre os sujeitos que dela fazem parte.

Para dar seguimento a essa intenção, os elementos teóricos e metodológicos apresentados serão retomados na parte a seguir que tratará mais especificamente da Proposta Curricular por área de conhecimento.

3. CONTEÚDOS REFERENCIAIS

ÁREA: LINGUAGENS

LÍNGUA PORTUGUESA

A língua portuguesa e as práticas discursivas – a linguagem; socialização e enunciação (linguagem, língua e fala, escrita e oralidade, conversação); o processo de comunicação e seus elementos; os gêneros e tipos textuais no cotidiano: entrevista, carta do leitor etc.; funções da linguagem; os tipos de discurso. **A prática de leitura e a construção de sentidos**: atribuição de sentido nos textos de diversos gêneros; textualidade, situcionalidade, intencionalidade, aceitabilidade e intertextualidade; estratégias de leitura: inferência, localização de informações, antecipação, pressuposição etc.; reconhecimento dos gêneros e tipos textuais na leitura; a sonoridade das palavras; aspectos formais, discursivos,

semânticos, lexicais, sintáticos e morfossintáticos; textos em prosa e verso. **Da análise da forma à construção de sentido**: os sons e suas representações gráficas; as palavras, suas entonações e grafias; a gramática da frase; a gramática do texto; os constituintes básicos da oração; as relações sintáticas dentro do sintagma nominal e verbal; a coordenação e os efeitos de sentido; operadores argumentativos; a subordinação e os efeitos de sentido no texto; níveis de formalidade; variações linguísticas. **Língua e literatura – múltiplas linguagens**: a arte literária; os gêneros literários; os estilos de época; literatura e engajamento, o uso literário das tradições populares; leituras cinematográficas; leituras fotográficas; tendências da literatura brasileira contemporânea – poesia e prosa; contribuições das culturas africanas e indígenas à cultura brasileira; leituras da cidade; leituras musicais. **Análise linguística e reescrita textual**: colocação pronominal; crase; pontuação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; emprego de conjunções; e preposições (coesão); coerência; retextualização coletiva; retextualização em grupo; retextualização individual. **Produção textual oral e escrita**: o estabelecimento de relação entre a temática do texto e a vida pessoal; a organização de um texto; a hierarquia das ideias no texto; o parágrafo e os tipos de parágrafos; a progressão textual; o léxico; mecanismos de coesão (gramatical e semântica); coerência textual; textos orais; tendências atuais na produção de textos para exames; recursos estilísticos – a sonoridade das palavras; redes sociais e as construções de sentido – as linguagens dos blogs, facebook, twiter, orkut, torpedos (SMS), clipes; a internet e o processo de comunicação; o hipertexto.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA

LÍNGUA ESPANHOLA

Saudações e apresentações. Solicitar e dar informações. Cortesia social (cumprimentos). Correspondência. A residência. A família. O bairro. Hábitos do cotidiano. Alimentação e saúde. Trabalho. Os números. As horas. Cultura Espanhola e Hispanoamericana. O alfabeto. Artigos: determinados, indeterminados e neutro. Preposições. Locuções prepositivas. Conjunções copulativas. Substantivos. Gênero e número. Adjetivos. Numerais (ordinais e cardinais). Pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos, interrogativos e exclamativos, pronomes sujeito). Pronomes de tratamento, Tú-Usted Te/Le. Formas de tratamento tu, vos, vosotros(as), usted(es). Verbos do Modo Indicativo (presente, pretéritos, reflexivos, imperativo e futuro). Os heterossemânticos. Os heterotônicos. Os heterogenéricos. Advérbios. Preposições (contrações al/Del). Conjunções. Fonética. Acentuação. Perífrases verbais de futuro, de obrigação e de simultaneidade.

LÍNGUA INGLESA

Importância do aprendizado da Língua Inglesa como língua franca no mundo globalizado. Reconhecimento de gêneros textuais. Estratégias de leitura (scanning, skimming, prediction, keywords, cognates, etc.). Objetivos da leitura e níveis de compreensão. Marcadores discursivos. Procedimentos de construção e recepção de textos. Estratégias de compreensão auditiva. Produção oral e escrita de gêneros textuais diversos representativos da

realidade do estudante. Apresentação de informações pessoais. Uso dos artigos e substantivos em produção oral e escrita. Uso do presente e passado contínuo em produção oral e escrita. Uso dos adjetivos e advérbios em produção oral e escrita (comparison). Uso das preposições em produção escrita e oral. Uso do presente e passado simples em produção oral e escrita. Estratégias de tradução. Função dos elementos semânticos (sinônimos, expressões idiomáticas, *collocations,* entre outros). Diversidade cultural nos países de língua inglesa. Diversidade cultural entre falantes nativos e não nativos de língua inglesa. Estrangeirismos. Uso do presente e passado perfeito em produção oral e escrita. Reported Speech. Diversidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, entre outras no Brasil e no mundo. Uso dos *modals verbs* (can, could, may, might, should, must, would). Uso do futuro (will, going to) em produção oral e escrita. Uso dos pronomes (personal, object, reflexive, demonstrative, possessive, etc.) em produção escrita e oral. O aprendizado de língua inglesa e os ambientes virtuais. Formação de identidade e ideologias no mundo globalizado. O aprendizado de língua inglesa no processo de formação profissional. Relative clauses. Countable and Uncountable. A inserção da língua inglesa nos diferentes contextos sociais no Brasil.

ARTE

Música: Arte Oriental. Arte Africana, Arte Medieval. Renascimento, Rap. Tecno, Barroco. Classicismo, Romantismo. Vanguardas Artísticas, Música Eletrônica. Música Minimalista, Música Popular Brasileira. Arte Indígena, Indústria Cultural. Word Music, Samba. Artes visuais: Arte Rupestre, Arte no Antigo Egito. Arte: Greco-Romana, Arte Oriental. Africana, Medieval. Bizantina, Românica. Gótica, Renascimento. Barroco, Neoclassicismo. Romantismo, Realismo. Impressionismo, Abstracionismo. Dadaísmo, Construtivismo. Surrealismo, Op-art. Pop-art, Vanguardas Artísticas. Arte Indígena, Arte Brasileira. Arte baiana, Indústria Cultural. Arte Contemporânea e Grafite. Teatro: Mimodramas, Comédia dell'arte; Espetáculos de Music Hall e Vaudeville. Comédia de Nonsense. Teatro Dialético. Teatro do Oprimido. Teatro Pobre, Teatro Essencial. Teatro do Absurdo. Arte Engajada. Arte Popular. Arte Indígena. Arte Brasileira. Teatro baiano. Indústria Cultural. Dança: Arte Oriental, Dança Africana. Dança Popular. Dança Indígena. Dança de rua. Indústria Cultural. Dança Clássica. Dança Moderna. Dança Contemporânea. Hip Hop. Danças locais: Samba. Capoeira e Maculelê.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Jogo: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. Tipologia: jogos em família, jogos da cultura popular, jogos de salão, jogos de tabuleiro, jogos de mesa, jogos de rua, jogos pré-desportivos, jogos indígenas, jogos de matrizes africanas, jogos de comunidades quilombolas, jogos locais, regionais, nacionais e internacionais, jogos virtuais, jogos cooperativos, jogos competitivos. **Esporte**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. O esporte em suas dimensões: educacional, participação e rendimento. Esportes individuais e coletivos, de quadra, de campo, de rede e de invasão, de parede e rebote, esportes aquáticos, esportes radicais, esportes da natureza, olímpico e para-

límpico, esportes tradicionais das comunidades de diferentes origens étnicas e territoriais. Atividades esportivas adaptadas: às concepções, às regras, aos espaços e à acessibilidade. O esporte na Sociedade Moderna: mídia, gênero e sexualidade, violência, discriminação, ética e os mitos do esporte (ascenção social, saúde, paz entre outros). Eventos esportivos: paralimpiadas, megaeventos esportivos, festivais esportivos, torneios, jogos estudantis. Inovação e tecnologia no esporte e em seus eventos. Estatuto do torcedor. Legislação esportiva brasileira: leis de incentivo ao esporte. Programas e projetos sociais esportivos. Conferência Nacional do Esporte. Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estatuto da Juventude. **Ritmos e movimentos**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. Manifestações da corporeidade: vivência, estética, mídia e ética. O corpo e suas expressões artísticas, culturais e seus símbolos. Conceitos básicos. Ritmos e movimentos locais e regionais. Rodas, brinquedos cantados, brincadeiras e danças circulares. Noções de espaço, tempo e movimento (ritmo, velocidade, intensidade e fluidez). **Luta**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos, antropológicos, tipos e fundamentos. A luta na sociedade moderna: mídia, gênero e sexualidade, violência e discriminação. Diferenças entre lutas e brigas. Esportivização das lutas. **Capoeira e suas dimensões**: luta, esporte, dança, arte, jogo, cultura: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. Estilos: angola, regional e outros. Tipos de músicas e toques de instrumentos. Movimentos básicos. Esportivização, internacionalização e contemporaneidade. **Ginástica e suas expressões**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos, antropológicos, características, fundamentos e elementos básicos. Modalidades: moderna, academia, acrobática, artística, geral, ritmica, trampolim acrobático, laboral, natural e anti-ginástica. Expressões: circense, parkour etc. Consciência corporal. **Lazer**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. O lazer como necessidade humana. Possibilidades de vivência crítica e emancipada do lazer. Políticas públicas nacionais, estaduais e municipais de lazer. O lazer, consumo e o mundo do trabalho. Acessibilidade a espaços públicos de lazer. Práticas corporais de aventura na natureza: escalada, corrida de orientação, parkour, atividades sobre rodas, surf, slackline, arvorismo, caminhadas. **Saúde**: aspectos conceituais, filosóficos, sociais, históricos e antropológicos. Corporalidade, estética, mídia, gênero e sexualidade. Aspectos biomecânicos, fisiológicos, anatômicos e bioquímicos do corpo humano. Saúde pública e coletiva. Atividade física e saúde. A relação do sedentarismo com as doenças crônicas degenerativas, não degenerativas e ocupacionais. Princípios básicos do treinamento voltados à promoção da saúde. Primeiros socorros e prevenção de acidentes. Lesões na prática de exercícios físicos. Transtornos alimentares. Doping, esteróides anabolizantes e substâncias ergogênicas.

ÁREA: MATEMÁTICA

MATEMÁTICA

Conjuntos: conjuntos numéricos, intervalos, resolução de situação-problema; Funções afins e quadráticas, polinomial e modulares; noções de Matemática comercial: razão

e proporção, porcentagem e juros simples. Função Demanda e oferta de mercado, enfatizando como os preços influenciam de acordo com o equilíbrio entre a disponibilidade e a procura; funções econômicas: custo, receita e lucro; coleta de dados; construção e interpretação de tabelas e gráficos; características das figuras geométricas planas; simetrias de figuras planas ou espaciais; ângulos; posições de retas; congruência e semelhança de triângulos; Teorema de Tales; relações métricas nos triângulos; circunferências; trigonometria no triângulo retângulo; grandezas; unidades de medida e escalas; comprimentos, áreas. Potenciação e radiciação; funções exponencial e logarítmica: definição, característica, equações e inequações; funções periódicas: definição, característica, equações e inequações; matrizes, sistemas lineares e determinantes; crescimento e decrescimento populacional; juros compostos: resolução de problemas; variáveis: definições, distribuição de frequência, interpretação de gráfico de linha, de barras e histograma; médias estatísticas: aritmética, ponderada e harmônica; outras medidas de tendência central: mediana e moda. Medidas de dispersão: desvio médio, desvio padrão e variância; geometria espacial de posição; simetrias de figuras planas ou espaciais; geometria espacial métrica. Números complexos: parte imaginária e real e operações; polinômio: função polinomial, valor numérico e polinômio nulo. Operações com polinômios, equações polinomiais (ou algébricas). Geometria analítica: coordenadas cartesianas no plano e no espaço (noção básica de vetor), equação da reta, distância de ponto e reta. Resolução de problemas: enfrentamento de questões reais e desenvolvimento de estratégias. Índices. Métodos de contagem: princípio multiplicativo, permutação simples, arranjo e combinação simples. Espaço amostral; probabilidades.

ÁREA: CIÊNCIAS DA NATUREZA

BIOLOGIA

O que é Biologia. A Biologia no contexto histórico. A Biologia e suas áreas de atuação. Etnobiologia. Métodos científicos utilizados em pesquisa nas áreas da Biologia na Bahia, no Brasil e no mundo. Origem do universo, da terra e da vida (hipóteses). Substâncias orgânicas e inorgânicas. Alimentos adequados à prevenção de doenças. Fome no mundo (desigualdade e distribuição de renda). Principais doenças causadas pela alimentação inadequada (regional e nacional). Alimentos ricos em aminoácidos. A organização celular na estrutura de diferentes seres vivos como característica fundamental de diferentes formas vivas. Organização e funcionamento de diferentes tipos de células. Representação de diferentes tipos de células. Obtenção de energia pelos sistemas vivos – fotossíntese, respiração celular. Tipos de ácidos nucléicos, as organelas celulares e o mecanismo de síntese de proteínas específicas. Relação entre DNA e seu código genético. Classificação biológica para organização e compreensão da grande diversidade dos seres vivos. Critérios de classificação, regras de nomenclatura e categorias taxonômicas atuais. Principais características de representantes de cada um dos seis reinos, identificando especificida-

des relacionadas às condições ambientais. Relações de parentesco entre diversos seres vivos. Funções vitais dos animais e plantas. Caracterização dos ciclos de vidas de animais e vegetais. Funções vitais do organismo humano. Diversidade das espécies do planeta e as condições climáticas. Fauna e flora dos biomas terrestres, especialmente brasileiros. Principais ecossistemas brasileiros e os que se encontram ameaçados e as principais causas de destruição. Questão ambiental no mundo – G8, Agenda 21, Protocolo de Kyoto. Uso sustentável da biodiversidade. Evolução das plantas, árvores filogenéticas, as plantas na medicina, nas indústrias de cosméticos e ornamental. Tipos de doenças: infectocontagiosas, parasitárias, degenerativas, ocupacionais, sexualmente transmissíveis e provocadas por toxinas ambientais. Tecnologia na saúde: vacina, medicamentos, exames diagnósticos, alimentos enriquecidos, uso de adoçantes. Fontes poluidoras. Medidas individuais e coletivas e do poder público para minimizar os efeitos das interferências humanas. Contradições entre conservação ambiental, uso econômico da biodiversidade, expansão das fronteiras agrícolas e extrativistas. Tecnologias ambientais para a sustentabilidade ambiental. Conferências internacionais, compromissos e propostas para recuperação dos ambientes brasileiros. Evolucionismo e evolução biológica. Fundamentos da hereditariedade, Características hereditárias, congênitas e adquiridas. Hereditariedade: concepções premendelianas, as Leis de Mendel, Teoria cromossômica da herança: determinação do sexo e herança ligada ao sexo. Cariótipo normal e aberrações cromossômicas mais comuns (síndromes de Down, Turner e Klinefelter). Estrutura de moléculas de DNA e de RNA. Ideias evolucionistas de Darwin e Lamarck. Mecanismos da evolução das espécies: mutação, recombinação Gênica e seleção natural. Fatores que interferem na constituição genética das populações, migrações, mutações, seleção e deriva genética. Linhas de evolução de seres vivos. Grupos sanguíneos, transfusões e incompatibilidade. Tecnologias na prevenção de doenças metabólicas. Transplantes e doenças auto-imunes. Estrutura química e duplicação do DNA. Engenharia genética e produtos geneticamente modificados: alimentos, produtos farmacêuticos, hormônios, vacinas e medicamentos. Ecologia. Ecossistemas. Teia alimentar, sucessão e comunidade clímax. Problemas ambientais: mudanças climáticas, efeito estufa, desmatamento, erosão, poluição da água, do solo e do ar. Densidade e crescimento da população.

QUÍMICA

A Ciência Química, tecnologia e sociedade. Etnoquímica. Sistemas materiais: matéria, propriedades da matéria, fenômenos físicos e fenômenos químicos, estados físicos e mudanças de estados físicos. Substâncias puras e misturas, sistemas homogêneos e heterogêneos. Análise imediata: separação dos componentes das misturas heterogêneas e homogêneas. Conceitos básicos: átomo, elemento químico, íons, moléculas. Estrutura atômica: teorias e modelos atômicos. Classificação periódica: histórico, tabela periódica moderna dos elementos químicos, propriedades periódicas. Ligações químicas: ligação iônica, características dos compostos iônicos; ligações covalentes, polaridade da ligação e da molécula, geometria molecular, características dos compostos moleculares; ligação metálica, características dos compostos metálicos. Interações intermoleculares e proprie-

dades da matéria. Número de oxidação. Substâncias inorgânicas: ácidos, bases, sais e óxidos; conceitos, características, classificação, nomenclatura e reconhecimento das principais substâncias inorgânicas no cotidiano. Reações químicas: leis das reações químicas, tipos de reação. Balanceamento das equações químicas. Cálculos químicos: massa atômica, molecular e molar; quantidade de matéria e Constante de Avogadro. Cálculo estequiométrico. Comportamento físico dos gases: transformações envolvendo massa fixa de gás, lei do Gás Ideal, misturas gasosas, densidade dos gases, difusão e efusão dos gases, teoria cinética dos gases. Soluções: classificação, solubilidade, expressões de concentrações, relação entre os diversos tipos de concentração, diluição e mistura de soluções. Propriedades coligativas: características e aplicações da Tonoscopia, Ebulioscopia, Crioscopia e Osmoscopia. Termoquímica: calor e fenômenos da matéria, calorimetria, entalpia, equação termoquímica, Lei de Hess, energia de ligação e entropia. Cinética química: energia de ativação, teoria das colisões, velocidade de reação, fatores que influenciam a velocidade da reação, relação entre a velocidade de reação e os fatores ambientais. Equilíbrios químicos: processos reversíveis e irreversíveis, caracterização do sistema, fatores que interferem no equilíbrio, Princípio de Le Châtelier, aspectos quantitativos e constante de equilíbrio; equilíbrio iônico da água; constante de equilíbrio de solubilidade. Química orgânica: importância dos compostos de carbono. Estudo do carbono. Identificação e classificação das cadeias carbônicas. Estudo dos Hidrocarbonetos: classificação, nomenclatura e principais aplicações dos compostos de uso cotidiano. Petróleo, meio ambiente e sociedade. Funções orgânicas: identificação, caracterização e nomenclatura e principais aplicações dos compostos de uso cotidiano. Compostos multifuncionais. Isomeria. Reações orgânicas: reações de adição, eliminação e substituição. Polímeros e sociedade. Eletroquímica: oxi-redução, potencial eletroquímico, pilhas, baterias, eletrólise. Radioatividade: leis da radioatividade, decaimento radioativo, fissão e fusão nuclear, aplicações da Radiotividade.

FÍSICA

Medidas em Física: importância, representações, notações e algarismos significativos. Grandezas básicas e padrões de medida: comprimento, tempo, área, volume, massa. Grandezas vetoriais: ilustrações, operações e aplicações. Os estudos sobre o movimento na Física: história, formulações e matematização. Principais focos do estudo sobre o movimento com base na formulação newtoniana. Forças fundamentais da natureza: breves discussões iniciais. Força, potência e energia: das alavancas aos sistemas de forças; das interações e suas medidas; das relações entre trabalho, força, movimento e energia. As várias manifestações da energia no cotidiano. Calor, ambiente e usos de energia térmica. Imagens, sons e informação: da óptica às ondas; da lupa ao computador; dos limiares auditivos aos sons ensurdecedores. Eletrostática, eletrodinâmica e eletromagnetismo: dos seus fundamentos em elementos, dispositivos e circuitos elementares às conversões de energia nos aparelhos elétricos; tecnologias eletromagnéticas e seus usos no cotidiano doméstico. Eletricidade e equipamentos elétricos: o papel dos motores elétricos e dos componentes eletrônicos no desenvolvimento tecnológico. Telecomunicações, informações e ondas eletromagnéticas: a veiculação de informações por ondas eletromagnéticas;

princípio de funcionamento dos principais equipamentos de comunicação com base na propagação de ondas eletromagnéticas (rádio, TV, telefonia convencional e celular, fibras ópticas). Matéria e radiação: a energia nuclear e suas aplicações. Os limites de uso da energia nuclear. Universo, terra e vida: a busca por teorias cosmológicas desde a antiguidade. Isaac Newton e a formulação da teoria gravitacional; as dimensões do universo e as tecnologias advindas dos estudos espaciais. A Física Quântica.

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS

HISTÓRIA

A História enquanto processo. Empoderamento de conceitos, categorias e procedimentos metodológicos próprios desta disciplina. Apreensão de conceitos como escravidão, resistência, exploração e liberdade. Distinção entre fatos históricos e fatos da história. O Estado nas sociedades antigas. Relações de escravidão na África Antiga. Os elementos africanos em manifestações populares na Bahia e no Brasil. Cidadania clássica e seu surgimento. Relações entre cidadania e realidade social, na Bahia e no Brasil. O período medieval e a transição para o Capitalismo. A Iigreja Católica na Idade Média, suas práticas e poderes. A influência das religiões e suas instituições nos processos históricos das sociedades. Estruturas sociais dos povos andinos, especialmente das sociedades Maia, Inca e Asteca. A realidade dos povos indígenas na atualidade, na Bahia, no Brasil e no mundo. Os modos de existência dos povos originais do Brasil antes da conquista dos portugueses, especialmente dos grupos que habitaram as terras do estado da Bahia. Reconhecimento da ancestralidade indígena e africana. O Renascimento e as transformações do mundo. A Reforma Protestante e a contrarreforma. As monarquias nacionais na Europa Ocidental e o fortalecimento de estruturas para a consolidação do Capitalismo. O Mercantilismo, as relações sociais e a formação desigual das sociedades. A exploração das colônias e o sustento das coroas. Apreensão de conceitos como genocídio e etnocídio. Descrição e aprofundamento das etnias dos povos africanos escravizados que foram trazidos ao Brasil. A herança cultural dos negros em todo o continente americano. Reconhecimento dos elementos africanos na música da Bahia e do mundo. A herança cultural indígena. Conceito de Iluminismo e Liberalismo. A Revolução Inglesa e o Liberalismo como corrente de pensamento neste processo. Movimentos brasileiros inspirados no Iluminismo, dos quais a Conjuração dos Alfaiates na Bahia. A Revolução Francesa e seus impactos para o mundo ocidental. Conceitos de liberdade e igualdade. As mulheres nas revoluções. A Revolução Industrial e o impacto no mundo. A emergência do operariado como classe social. Conceitos como ideologia, luta de classes e Socialismo. O imperialismo das grandes potências mundiais no século XIX. O desenvolvimento desigual das sociedades americanas. Os interesses de grandes potências na promoção da Primeira Grande Guerra Mundial, e as consequências deste conflito. Descrição dos elementos que fizeram emergir a Revolução Russa de 1917, bem como as ideologias e líderes políticos. Leninismo e stalinismo. Conceito de

império e imperialismo, e suas diferentes interpretações na História. Conceito de revolta e revolução. Conhecimento das características do Brasil Império, suas crises e decadência. As ideias positivistas na emergência da República. Comparação entre o ideal republicano e as práticas adotadas na ascensão deste sistema político. A reforma eleitoral republicana e a exclusão popular. As oligarquias agrárias e seus interesses ao longo da história do Brasil. Compreensão histórica da divisão de terras no Brasil, e as desigualdades promovidas pelo modelo do latifúndio. Os movimentos sociais na luta por seus direitos. Relações entre o fim da escravidão e a contínua luta das populações afrodescendentes por condições dignas de existência. As reações antirrepublicanas, entre as quais o movimento histórico conhecido como Canudos. A produção artística e literária durante o Brasil República. O Brasil agrário e o Brasil industrial. Os governos de Getúlio Vargas. Regimes totalitários na história. A II Grande Guerra Mundial e suas consequências. Compreensão das forças políticas, econômicas e militares que dividiram o mundo em dois blocos no período conhecido por Guerra Fria. Compreensão da história política do Brasil entre os anos de 1945 e 1964. A ditadura militar no Brasil e sua relação com as ditaduras na América Latina. A arte militante de esquerda e a opressão do regime. Os movimentos revolucionários que tentaram combater a ditadura militar brasileira. Do processo de redemocratização política no Brasil até a atualidade. Apreensão de conceitos como Neoliberalismo e Globalização. A crise econômica mundial vivenciada na atualidade e as contradições do Capitalismo. Os conflitos internacionais atuais, e as forças que operam para suas realizações.

GEOGRAFIA

Epistemologia da Geografia, seus conceitos e categorias. Interpretação da paisagem. Distinção das diversas paisagens presentes, no Brasil e no mundo. Representação cartográfica das formas e dinâmicas que caracterizam as diversas sociedades humanas. Os diversos modos de representação cartográfica da superfície, total ou parcial, do planeta. Representação cartográfica dos fenômenos socioambientais e naturais. Interpretação das diversas formas de representação cartográfica. Descrição e análise de dinâmicas climáticas, no Brasil e no mundo. Compreensão dos resultados da interação entre as sociedades humanas e o clima, nas diversas escalas. Descrição dos principais biomas existentes, no Brasil e no mundo. Apreensão da complexidade, diversidade dos ecossistemas florestais. Exame crítico da existência de unidades de conservação e do papel que elas cumprem. Compreensão das dinâmicas ambientais. Análise dos problemas ambientais (desmatamento, chuva ácida, efeito estufa, etc.) e suas consequências nas sociedades humanas. Entendimento das repercussões do código florestal na organização do espaço e do território. Gestão dos recursos naturais. Valorização das iniciativas capazes de dar manutenção às dinâmicas socioambientais. Entendimento das bacias hidrográficas e dos processos que as constituem. Compreensão da importância socioambiental das águas oceânicas. As placas tectônicas e suas dinâmicas. Processos endógenos e exógenos de esculturação do relevo. Descrição do relevo, no Brasil e no mundo, e de seus processos de esculturação. As diversas formas de zoneamento/regionalização físico-natural e suas utilidades. Investigação dos tipos de solo, rocha e relevo e das relações existentes entre estes elementos

na conformação de cada um. Apreensão dos domínios morfoclimáticos brasileiros. Distinção e comparação entre as diversas teorias demográficas. Conhecimento dos conceitos e instrumentos metodológicos básicos da demografia. Exame crítico da dimensão estatística da estrutura demográfica brasileira e mundial. Análise e uso dos indicadores socioeconômicos. Apreciação da migração internacional, e nacional, nas suas diversas formas. Trabalho análogo ao escravo e o seu papel na produção. Tráfico de pessoas. Processos e dinâmicas populacionais no Brasil e no mundo. Entendimento do processo de globalização e de suas consequências. Análise da distribuição do setor industrial no espaço global e brasileiro, assim como dos impactos socioambientais associados. Entendimento da necessidade de se diversificar a matriz energética mundial. A Constituição e as implicações de uma ordem mundial multipolarizada. A transformação do Estado nacional diante da globalização. Reconhecimento dos agentes supranacionais (blocos econômicos, ongs, organizações criminosas, etc.) que surgiram no cenário global. Análise da emergência de uma dimensão informacional no sistema capitalista de produção. Mudanças na divisão internacional do trabalho. Compreensão dos conflitos nacionalistas, religiosos e/ou étnico-raciais e os fenômenos associados (terrorismo, separatismo, xenofobia, etc.). A importância dos fluxos e das redes na constituição do espaço global. A natureza das crises financeiras no mundo globalizado. O Brasil na geopolítica mundial contemporânea. Interpretação da configuração territorial brasileira para a inferência de processos atuais. Percepção da existência e da formação da identidade nacional e/ou regional no Brasil. As diversas formas da regionalização, de caráter socioeconômico, do Brasil. A participação das cidades na constituição do mundo globalizado. A função das cidades nas redes, materiais e imateriais. Compreensão das metrópoles e das cidades globais: complexidade, diversidade e contradições (exclusão e segregação socioespacial) correspondentes. Apreensão dos significados da industrialização do setor agropecuário. Observação dos diversos tipos de agricultura existentes no mundo contemporâneo, assim como da contribuição de cada uma para produção de um espaço mais desigual. Análise dos conflitos no campo e na cidade brasileira, expressões das contradições constituintes da formação econômico social brasileira. As implicações da emergência da dimensão informacional na produção e consumo urbanos e rurais. Constituição, nas suas diversas formas, do urbano e do rural. Leitura das diversas paisagens urbanas e rurais. Importância do patrimônio histórico e/ou ambiental brasileiro. Entendimento da configuração dos territórios nacionais da África e da Ásia contemporâneas, em uma perspectiva histórica. Compreensão das sucessivas fases do Capitalismo. Análise das mudanças ocorridas na divisão internacional do trabalho e suas relações com o processo de globalização. Entendimento da geopolítica no pós segunda guerra mundial. Entendimento da geopolítica no pós guerra fria. Entendimento do caráter e importância dos agentes supranacionais no espaço global, com a utilização de exemplos específicos. Discussão do caráter dos agentes supranacionais atuais, entre eles multinacionais, organismos internacionais e blocos econômicos. Demonstração da complexidade do processo de globalização, além da econômica, cultural e política. As relações entre globalização, fluxos e redes. Constituição e importância das redes materiais e imateriais que envolvem o mundo. Entendimento dos exemplos contemporâneos mais ilustrativos de movimentos sociais emancipatórios de caráter político, econômico, étnico-racial e/ou religioso. Observação e análise dos exemplos contemporâneos mais ilustrati-

vos dos conflitos religiosos, étnico-raciais e/ou nacionalistas existentes. A participação do Brasil no comércio internacional. Reflexão sobre outros possíveis modos de globalização. Discussão sobre o problema energético mundial e brasileiro, alternativas e possibilidades. Reflexão sobre as relações e processos que cercam o circuito produtivo do petróleo, no Brasil e no mundo. As formas de industrialização e de indústria que ocorrem atualmente no mundo e no Brasil. Estrutura do trabalho no mundo globalizado. Utilização e importância das metodologias e tecnologias de inventariamento e planejamento territorial, regional e/ou urbano. A importância do turismo para a produção de riqueza no espaço global. As implicações da globalização, tal como ela ocorre, na sustentabilidade ambiental do Mundo e do Brasil. Discussão acerca das conferências ambientais da ONU e suas consequências políticas, sociais e econômicas. Entendimento do caráter geopolítico dos recursos naturais. Observação e análise das grandes zonas fitoclimáticas do planeta e os problemas socioambientais associados.

FILOSOFIA

A origem da Filosofia: fatores históricos e contribuições de outros povos. Características da Filosofia: do senso comum ao senso crítico. Pensamento mitológico. O que é mito? Os rituais, teorias sobre o mito. Distinguir verdade, mito e razão com base no pensamento filosófico. O mito nas civilizações antigas e hoje. Dogmatismo, ceticismo e relativismo no pensamento grego. A pluralidade do conhecimento: o legado dos gregos. Os primeiros filósofos – a natureza como objeto de estudo. Conhece-te a ti mesmo: um exercício socrático. Ágora: espaço da argumentação e da construção ética. Democracia e cidadania na polis grega: princípios, características e exclusões. Conhecimento e virtude em Sócrates. Os filósofos da natureza e a necessidade de investigação. A retórica e a utilização do discurso como instrumento de inserção social. Reconhecer as distinções gregas iniciais entre natureza, técnica, costume, lei e cidade. Tipos de conhecimentos e suas especificidades: filosófico, científico, técnicos, religiosos, senso comum. O pensamento como patrimônio da humanidade. Origem, desenvolvimento e crise da metafísica. A busca, as concepções e as teorias sobre a verdade. O que é Lógica? Conhecimento e Lógica. Lógica aristotélica. Princípios da Lógica e Argumentação, tipos e falácias. Linguagem e Argumentação. Lógica e Pensamento. Filosofia da Linguagem. O pensamento político cristão: a patrística, a escolástica e a colonização brasileira. A concepção de Estado Moderno: soberania, liberdade, igualdade e pluralidade. Identificar a origem histórico-filosófica do processo de teorização política. Ser humano moderno e seu lugar no mundo. Racionalismo e empirismo. Da técnica à tecnologia. Modernidade e os postulados do cientificismo. O público e o privado na antiguidade clássica, na modernidade e na atualidade. Apresentação e experiência do mundo real como interpretação humana. O bem, a virtude e a felicidade. Ética e Racionalidade. As principais concepções éticas e morais. Ética e Meio Ambiente A questão dos valores: Dever, Liberdade, Responsabilidade. O problema do valor e agir moral, o bem, a virtude e a felicidade. Problemas éticos da atualidade (bioética, clonagem, ecologia, eutanásia, aborto). Política e teorias do Estado x Política e Ordem Social. Os avessos da Democracia: ausência de liberdade, totalitarismo e fundamentalismo. Democracia e cidadania. Política

e Natureza Humana. Justiça e Liberdade: O mito da democracia racial no Brasil. Direitos Humanos. Poder, Estado e Democracia. História das ideias políticas. Marx e o Marxismo. Liberalismo, Socialismo e Comunismo. Ideologia. Reflexão atual sobre a política: globalização, neoliberalismo, terceira via. A razão instrumental e o mal-estar da modernidade. O materialismo histórico dialético e a crítica à sociedade capitalista. Os desafios filosóficos da atualidade. Os discursos filosóficos contemporâneos e uma nova concepção de ciência e filosofia e o valor da existência humana em Nietzsche e Sartre. O Homem – Um Ser Consciente. Reconhecer leis, códigos de conduta, valores e costumes em seus diferentes graus de formalização. Estética: conceito e história do termo estética. Arte e representação de mundo. Concepções Estéticas: Naturalismo, Classicismo. A criação artística, teorias do belo, intuição, imagem, poesia. Concepções estéticas: naturalismo, romantismo, classicismo, vanguarda, pós-modernismo.

SOCIOLOGIA

Estudo da Sociologia: conceito/definição, objeto de estudo, objetivo. Origem do surgimento da Sociologia. A contribuição de August Comte. As ciências humanas e sociais – Antropologia, Ciência Política. O lugar da Sociologia na compreensão da sociedade. As ciências sociais aplicadas. Técnicas de pesquisa sociológica. Dados estatísticos na Sociologia. Sociologia e visão crítica da sociedade. O homem um ser social. Relações e conflitos sociais. Processos de socialização e sociabilidade: contextos históricos, políticos e econômicos. A importância da Sociologia no Ensino Médio: objetivo e importância. Grupos humanos, cultura e sociedade. Agrupamentos sociais: grupos sociais, instituições sociais. Movimentos sociais. As relações entre indivíduos, grupo e sociedade através da contribuição dos clássicos: Karl Marx, Emile Durkheim, Max Weber. Cultura e Ideologia: definição/conceito de cultura e ideologia. Etnocentrismo, contracultura, aculturação e relativismo cultural, cultura popular e cultura erudita. Escola de Frankfurt: cultura de massa e indústria cultural. Formação da identidade nacional: Raça, Etnia e Povo, preconceito e discriminação racial, relativismo cultural, tolerância social. Identidades locais e globalização. Poder, Política e Estado, Conceito/definição. Elementos constitutivos do Estado Moderno: povo, território e soberania. Estado, Governo e Sociedade: Reestruturação do Estado brasileiro por golpe militar. As teorias sociológicas clássicas sobre o Estado. Funções do Estado Moderno, regime, forma e sistema de governo. Estado e desvios institucionais, formas de corrupção: organização do poder no Estado, Patronagem, Clientelismo, Nepotismo, Peculato, Corporativismo. O normal e o patológico: a justiça como instituição mediadora do poder. Anomia social (Durkheim). Conceitos sociológicos: Estrutura Social, Desigualdade Social, Estratificação Social, Mobilidade Social, Castas, Estamentos, Classe Social. Desigualdade social no Brasil, na América Latina e no mundo. Conceituar/caracterizar sociologicamente/estatisticamente Pobreza, Elite, Classes. Conflitos sociais. Grupos sociais organizados. Ação consciente do indivíduo na sociedade. Lutas, Constituição: lutas e conquistas, conflitos entre grupos de poder, conquistas. Grupos de poder organizado, formação de grupos de poder político. Mudanças sociais: causas e consequências, fatores contrários e fatores favoráveis à mudança social. Diálogos/convivências de representações políticas. Fatores provocadores de mudanças sociais: especiais, climáticos, geográ-

ficos, comportamentais, entre outros. Ação de grupos e políticas públicas (educacionais, saúde, segurança). Direitos, cidadania e movimentos sociais: os direitos, a igualdade e a liberdade. Exercício do poder (financeiro, político, religioso). A cultura judaico/cristã no Brasil. Ideais da Revolução Francesa, Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quando a liberdade é ameaçada: Alexis de Tocqueville. Os direitos humanos e sociais (Bahia, Brasil e mundo). O que é Democracia, Democracia e representação política. Partidos políticos no Brasil. Consciência política e a participação política. Movimentos sociais. Técnicas, Tecnologias e mudanças. As influencias das novas tecnologias na sociedade contemporânea. Tecnologia e impactos nas relações de trabalho e produção de bens. As revoluções tecnológicas. Ciberespaço: relações sociais e movimentos sociais. O celular e as relações sociais. A robotização do homem e a humanização dos robôs. Democratização das mídias e o saber local e global. O fenômeno das Redes Sociais: Impactos positivos e negativos. Trabalho e Sociedade: modos de Produção e as diferentes relações de produção e direitos humanos. Trabalho, Modos de Produção, primitiva escravista e asiática. O Estado Absolutista e a produção feudal. O Estado Liberal. Karl Marx e o Modo de Produção Capitalista. Neoliberalismo. Modo de Produção Socialista. Declaração Universal dos Direitos Humanos. O trabalho na perspectiva contemporânea. Trabalho, Pobreza, Miséria na Bahia, Brasil e América Latina. Oportunidades sociais, desemprego e favelização. As três revoluções industriais: Fordismo, Taylorismo, Toyotismo. Neoliberalismo, Sindicatos. Trabalho no Brasil. Karl Marx e a Divisão Social do Trabalho. Emile Durkheim e o trabalho: Coesão Social. Anomia e Ética. Max Weber e o Trabalho. Industrialização e mudanças socioeconômicas na Bahia e Brasil. Trabalho e cidadania na Bahia e Brasil. Industrialização e urbanização no Brasil suas causas e suas consequências: favelização, desemprego, violência. Trabalho e CLT: origens e conquistas. As transformações recentes no mundo do trabalho: trabalho informal, trabalho temporário, trabalho e terceirização da mão de obra. Corporativismo. Trabalho e gênero. Trabalho e Etnia. A questão do trabalho: escravo e doméstico. Tráfego humano. Relações sociais e especiais: campo e cidade. Disputas e litígios de terras indígenas na Bahia e Brasil. Globalização e consumismo. Influência da mídia para o consumo. As diferentes formas de comércio e serviços. O uso da internet. Movimentos afirmativos: homossexuais, transexuais, metrossexuais. Afirmação e disputas de gêneros. Igreja, religião e movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Educação. Programa de Educação Integral. Salvador, 2014 (Versão Preliminar).

BAHIA. Secretaria da Educação. Jornada Pedagógica 2014. Síntese dos projetos estruturantes. Salvador, 2014.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Anuário estatístico da Bahia, v. 1, Salvador: SEI, 2014.

BLATT, Nadir e GONDIM, Patrícia Santos Cardoso. Territórios de Identidade da Bahia: uma análise da regionalização impantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional. **Tempos**, **Espaços e Representações**: abordagens geográficas e históricas. 14 a 16 de out. 2013. UESB.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, **ou o Oficio do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Programa Ensino Médio Inovador. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 5, de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 03, de 1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 6, de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação (2014-2024). Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, 2015.

DIMENSTEIM, Gilberto; ALVES, Rubem. **Fomos maus alunos**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

EDUCAÇÃO 2013/2014 – BAHIA. Revista da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Ano IV, Nº 4, Salvador, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. Censos Demográficos, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>. Acesso em: 5 set. 2014.

LEVY, Pierre. **As Tecnologia da Inteligência**: O futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

PERAFÁN, Mireya E. Valencia e OLIVEIRA, Humberto. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Cultural. P55 Edições: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/territorio_e_identidade.pdf>. Acesso em: 23 out. 2015.

SANTOS, Milton et al. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SPOSATI, A. Equidade, In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/270.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2014.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Ed. Moderna, 2014.

ANEXO

Equipe de validação do documento (1ª Etapa)

Adelaide Maria Oliveira Santana
Adriana de Mello Amorim Novais Silva
Alice Queiroz Oliveira
Almira do Carmo Ribeiro
Amine Costa Limoeiro
Ana Cristina de O. Guimarães
Ana Lúcia Gomes da Silva
Ana Marinho de Castro
Ana Paula F. Cardoso
Anaide Maria Braga da Luz
Anarisia de Lima Santos
André Luiz Ribeiro Vianna
André Luiz Souza
André Valadares
Andreia Gordiano Nunes
Andréia Nascimento Passos
Andreia Serpa
Anne Aparecida Almeida Cruz
Antônia Selma S. Lopes
Antonio Carlos Lopes Magalhães
Arlete Maria Alves Dias
Barbara Cristina Morais Pinto Hurst
Beckenbaver Souza Simas
Boaventura de J. Oliveira
Caio César de Aguiar Cirino
Camila de Araujo Itaparica de Brito
Carlos Eduardo Navarro Aquino
Carlos Jose Andrade dos Santos
Carmélia Souza
Cássia Maria Dantas Sousa
Charles Henry Calasans de Oliveira
Claudia Gois
Claúdia Santos

Claúdia Valéria Alves dos Santos
Cláudia Valéria
Cristina Conceição da Apresentação Gomes
Cristina S. Castro
Daiane de M. Rodrigues
Dailde Almeida Lima Trindade
David Junio Sena Bispo
Débora Correia dos Santos
Diana Carla de Freitas
Dilce Melo Santos
Dilcleia Santana de Oliveira
Dilza S. dos Reis Saigg
Dilza Sihea dos R. Saigg
Dimitri Sarmento Silveira
Dino Cássio Passos Lima
Duwillami Embirassu de Arruda
Edilson José Conceição
Ednalva Fonseca Santos
Ednan da Silva Ribeiro
Elba Maria da Silva Campos
Eledilce Peixinho
Elidete Oliveira da Silva Barros
Eliete Alves de Souza
Elísio Souza Santos
Elitânia Serpa C. Ferreira
Elizabete Cristina Paolilo
Emília Madalena P. Fernandes
Enoilma Simões Paixão Correia Silva
Érica Oliveira Barbosa
Érica Souza Santos
Eunata Cássia D. Correia
Eunice de Lima Oliveira
Fábio Roberto da Silva
Fátima Cristina Dantas Medeiros
Felisnaldo dos Santos
Fernanda Simões
Frederica Steffen Benfica
Gabriela S. Rêgo Pimentel
Gean Maria Teixeira Leite
Genilda Ferreira de Jesus

Geraldo Corado da Silva
Gilda Pinto Carmo
Gildaci Nogueira Bessa
Gildásio Alves dos Santos
Gioconda Dias
Gladys Selma Santana de Freitas
Gracia Fonseca
Haeckel Patriarcha
Idalba Paula de Oliveira
Idanísia Vieira
Ieda Maria F. Ribeiro
Ilca Larissa Santana
Ilinalva das Virgens França Pereira
Iracema Xavier Leal de Brito
Iraildes Mariana Silva
Isabel Diva Ribeiro de Sousa
Italua Maria Suzart da Conceição Santana
Ivete de Macedo
Ivone Machado dos Santos
Jacira Mª de O. Dantas
Janete Beanes Maltez do Espírito Santo
Jeana Lemos de Oliveira
Jeremias Pinto
Jilmar Gusmão
Joadia Simões Figueiredo Santos
Jonatan dos Santos Silva
Jorge Luis Peret
José Carlos Ribeiro Floro
José Fernandes Maciel Lima
Joselia Cruz Lopes
Josemar Rodrigues Santos
Josenilde B. de S. Nunes
Josiane Climaco
Josimar Conceição C. V. Bagano
Karla Graziela G. da C. Silva
Laisa Macêdo Brandão
Laudacira Azevedo da Silva
Leda de Oliveira Castro
Léia Freire Santos

Leila Cristina S. S. Pacheco
Lenira Maria de Figueiredo Souza
Lícia Maria Freire Beltrão
Lídia Maria Azevedo Palma
Liliane Batista Coutinho Duques
Lívia Climaco de Melo
Lucas Andrade dos Santos
Lucas Tadeu Cardoso Ribeiro
Lúcia Pedreira Diniz
Lucia Santos Santos
Luciângela Silva Costa
Luciano Eloy Santos Alves
Luciano Guimarães
Luciete Simões L. Silva
Lucila Alves de Lima
Magali Santos Ferreira
Manoel Barbosa de Jesus
Marcia Galeão de Souza
Márcia Patrícia O. S. Teixeira
Márcia Regina Guimarães
Márcia Ventura Cristina Abreu dos Santos
Marcos José Ribeiro Oliveira
Margareth Rodrigues Coelho Vaz
Maria Amélia Lima Gois
Maria Aparecida V. Chagas
Maria Augusta C. Marques
Maria Cândida da Silva
Maria Conceição F. dos Santos
Maria Cristina Santos
Maria de Fátima Carvalho Santos
Maria de Fátima Costa
Maria do Socorro Leite Vasconcelos
Maria do Socorro Mendonça Farias
Maria do Socorro Negreiros Soares
Maria José Lacerda Xavier
Maria José Leal Diniz
Maria Lúcia Silva Assis
Maria Madalena Logetto Caetité Gomes
Maria Rosa Almeida Alves

Maria Telma O. Soares Rosa
Marieta Meireles
Marinalva Souza
Marivalda Rodrigues Nascimento
Marla Maiana S. Rios
Marlete de Jesus de Souza
Marta Ana Pires Rodrigues
Marta B. Mulato da Silva
Mary Rosa Borges N. dos Santos
Maurício Quadros
Mercia M. de J. Santos
Micaele Araújo Souza
Milagro Ibarra Chevarria
Milques Santos Garcia Guirra
Milton César Silva
Mônica Moreau da Cunha Lima
Mônica Regina Galloro C. Souza
Nadia Maria G. da Rocha
Nara Maria S. Oliveira
Neuber Leite Costa
Nieldes Maria Xavier Coelho
Olívia Virginia Vieira Costa
Oyama dos Santos Lopes
Paulo Jorge de Jesus
Pedrita Raymunda de S. Oliveira
Polyana V. Santos
Raul Humberto Porto Júnior
Reinaldo A. de Miranda
Reinalva Coutinho de Santana
Ricarda Erminia Lima
Rita Beatriz Hasten Lôpo
Rita de Cássia Arouca
Rita de Cássia Lopes dos Santos
Rita de Cássia O. Dantas
Rita de Cássia Pereira Sousa
Robson Braga Dantas
Rogério da Silva Fonseca
Rômulo Santos Teixeira
Ronize L. Matutino de Souza

Rosana Ribeiro Alves Santos
Rosângela F. Marinho dos Santos
Rosangela Machado Gonçalves
Rosidalva Varjão R. Cassiano
Rosilda Magalhães Castro
Rosimeire Cassiano dos Santos
Rosimeire Souza de Almeida
Ruy Robson F. Andrade
Sandra Barbosa de Jesus Santana
Sandra Maria Passos
Sandra Regina
Sandra Rosa Moreira
Selma Reis Magalhães
Shelly Montenegro C. Rocha
Silvana Flores Mendes
Silvana Oliveira
Silvana S. Bispo
Silvia Cristina de Oliveira Lopes
Soraia Jesus de Oliveira
Stael Machado dos Santos
Symara Gomes Leite Oliveira
Taciana Vanessa S. Rios
Tainan Barreto Gomes
Tânia Cristina Mamede Costa
Tânia Maria Xavier
Uendeson Brites
Urânia Marques
Valdimária P. da Silva Dias
Vanusia Caires Risério
Vasty Bonfim Freire
Vera Lúcia da Silva
Vileide Pacheco Lopes
Walman M. dos Santos
Wellington Ferreira
Zenaide Miranda Alcântara

Equipe de validação do Documento (2ª Etapa)

Adelaide Maria de Oliveira Santana
Anny Carneiro Santos
Cleide Lyn Souza Prata
Débora Campos Cavalcante de Carvalho
Deise Mara Leite de Souza Pereira
Dyone Cristina Lago de Miranda
Edileuza Nunes Simões Neris
Elaine dos Santos
Elisete Santana da Cruz França
Eugênia Maria da Silva
Flávia Monteiro Dantas Bernardo
Gervaine de Souza Ferreira
Gracia Fonseca
Helaine Souza Pereira
Ianê Barbosa de Jesus
Iraildes Mariana Silva
Ivonildes Costa da Silva
José Carlos Lima
Jurema Oliveira Brito
Lúcia Pedreira Diniz
Luciane Lara Silva Passos
Lucinete Rodrigues França
Magali Santos Ferreira
Márcia Adriana Alves dos Santos Barros
Maria Angélica Moura de Souza
Marta Caires de Sousa
Marta Tatiane Alves Teixeira
Nailton José de Menezes Rocha
Roberto Araujo Alves
Roberto Carlos Vieira
Rosilda Magalhães Castro
Silvana Maria da Cruz
Stela Celeste Silva Costa Galo
Tereza Santos Farias
Valdirene Oliveira Souza
Valuza Maria Saraiva
Wagner Meira Fernandes da Costa

Impressão e acabamento

egba
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Rua Mello Moraes Filho, nº 189, Fazenda Grande do Retiro
CEP: 40.352-000 – Tels.: (71) 3116-2837/2838/2820
Fax: (71) 3116-2902
Salvador-Bahia
E-mail: encomendas@egba.ba.gov.br

EDUCAR PARA TRANSFORMAR
UM PACTO PELA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO